



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO**

**O PODCAST ANGU DE GRILO E A CONSTRUÇÃO DE UM JORNALISMO
ANTIRRACISTA, INTERSECCIONAL E HUMANIZADO**

STHEFANY SOUSA DA ROCHA

BRASÍLIA

2025



STHEFANY SOUSA DA ROCHA

**O PODCAST ANGU DE GRILO E A CONSTRUÇÃO DE UM JORNALISMO
ANTIRRACISTA, INTERSECCIONAL E HUMANIZADO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade de Brasília como parte do Projeto
Final em Jornalismo e requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em Jornalismo.
Orientadora: Prof^ª. Dra. Rafiza Luziani Varão
Ribeiro Carvalho

Brasília
2025



STHEFANY SOUSA DA ROCHA

**O PODCAST ANGU DE GRILO E A CONSTRUÇÃO DE UM JORNALISMO
ANTIRRACISTA, INTERSECCIONAL E HUMANIZADO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade de Brasília como parte do Projeto Final em Jornalismo e requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Brasília, 18 de fevereiro de 2025

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra. Rafiza Luziani Varão Ribeiro Carvalho
Orientadora

Profº Dr. Valmir Teixeira de Araújo
Membro titular

Profª Dra. Mariana Ferreira Lopes
Membra titular

Profª Dra. Fernanda Vasques Ferreira
Suplente

AGRADECIMENTOS

Confesso que esta era a parte que estava mais ansiosa para escrever. Eu sou grata a tantas coisas e a tantas pessoas que passaram pela minha trajetória e vivem comigo. Eu tive muitas dúvidas sobre qual curso superior faria depois do colégio, pensei em Arquitetura, Engenharia, Ciências Sociais, e até cheguei a quase terminar um semestre de Biologia, mas foi o Jornalismo que me abraçou e acalentou minha alma. Com o Jornalismo, eu tive a certeza de que as pessoas e histórias são o meu combustível para viver. E viver com muito entusiasmo e amor. Ah, o amor é o segredo de tudo mesmo.

E com muito amor, eu dedico este trabalho à minha mãe, dona Valdete, que sempre acreditou em mim e me incentivou a estudar, mesmo não tendo oportunidade de concluir o Ensino Médio. Minha mãe foi minha base em todos os momentos, nada mais justo do que este trabalho ser a contemplação do nosso sonho. Um sonho que é um tanto abstrato e sem definição, mas envolve os sentimentos de felicidade, alegria, empatia, amor e sensibilidade. Dedico também aos meus avôs: Júlio José, a melhor pessoa e o mais talentoso do mundo; Clotilde, a mais esperta e sagaz; Maria Jaene e Sebastião, que estão comigo desde a infância.

Aos meus irmãos, Guilherme e Pyetro, que têm personalidades tão diferentes e são bagunceiros, mas me protegem e são meu apoio em tudo. Meu amor é incondicional.

Desde o Ensino Médio, eu prometi que citaria a Marlizinha, professora de Língua Portuguesa e monitora, que ela estaria aqui, caso eu conseguisse ingressar na Universidade Federal. Marlizinha, promessa é dívida. E, por isso, eu dedico esse trabalho à educação pública de qualidade, que mudou minha vida.

Agradeço às minhas professoras do Ensino Médio, Haianne, que me abriu a mente para comunicação; Tatiane, a melhor professora de Biologia e que me emocionava; Gil, por nos incentivar a refletir sobre a realidade; e à Ercília e Liliane por acreditarem em mim.

Às minhas amigas mais antigas: Juliana e Thayssa, vocês me ensinaram sobre a amizade.

Ao meu grupo favorito que me ajudou a trilhar esses quatro anos de faculdade com muita serenidade, companheirismo e amor. Sem vocês, esse tempo teria sido muito sem graça e sem molho, afinal, o que não falta no Conselho é molho. Obrigada à Bianca por sempre estar disposta a ouvir meus dramas e por ser o que melhor sinto como generosidade mineira; à Ray, por ser a pessoa mais criativa e dedicada que conheço, não há nada que a Ray não faça; à Alice, minha chefe, por ser tão empática, atenciosa e inspiradora; à Júlia por sempre me ensinar sobre cultura pop e sempre me tirar boas risadas com o bom senso de humor; à Ana

por ser gentil e dedicada a tudo que faz; à Lari por ser tão gente boa, ciente de si mesma e a maior jogadora futebol da FAC.

Aos amigos que fiz por onde passei, seja MPT ou TV Senado.

Ao meu estado, Piauí, por me encher de cultura e orgulho.

À Flávia Ol e Isabela Reis, minhas referências no jornalismo social e humanizado, e também fundadoras do objeto de pesquisa deste trabalho. Conheci a Flávia em 2020, em uma reprise de um programa da Globo News no *Globo Repórter* sobre o movimento *black lives matter*. Naquele dia, eu identifiquei na Flávia Ol e demais jornalistas negras que participavam, um lugar de possibilidade. Eu poderia ser igual a elas. A partir daí, conheci o “Angu de Grilo” e a Isabela, que ao longo desses anos, foram minha companhia semanal.

À Rafiza Varão por ser a melhor orientadora que eu poderia ter, e ser também a melhor especialista em ética jornalística que eu já vi. Apesar de nunca ter sido aluna oficial dela, algo nos uniu. Rafiza é uma referência. Obrigada por aceitar orientar este trabalho com tanta atenção e carinho.

Ao meu pai, que na ausência, foi combustível para que eu corresse atrás das minhas coisas por conta própria.

Aos meus familiares.

E todos que me ensinaram algo com poesia e afeto, e estiveram comigo.

“É de uma beleza”

Flávia Oliveira

“Cale o cansaço, refaça o laço

Ofereça um abraço quente

A música é só uma semente

Um sorriso ainda é a única

língua que todos entendem”

Emicida

RESUMO

Este trabalho analisa os enquadramentos e contra-enquadramentos do *podcast* semanal “Angu de Grilo”, a partir da interpretação de acontecimentos com base nas estruturas sociais, que são permeadas pelo racismo, sexismo, desigualdades socioeconômicas, entre outros. A metodologia utilizada neste trabalho foi a Análise de Enquadramento de Porto (2004) e Goffman (2012). Ao pautar notícias levando em consideração esses elementos, o “Angu de Grilo” apresenta contra-enquadramentos em relação à mídia hegemônica, além da influência das apresentadoras Flávia Oliveira e Isabela Reis na escolha das pautas e forma narrativa. Para entender as particularidades dos enquadramentos do *podcast*, este trabalho parte da hipótese, confirmada na análise, de que o “Angu de Grilo”, ao enquadrar as notícias com aspectos diferentes do jornalismo tradicional, tem como prática o jornalismo antirracista, interseccional e humanizado, o que contribuem para o questionamento do *status quo*.

Palavras-chave: Angu de Grilo; Jornalismo antirracista; Enquadramentos; Interseccionalidade; *Podcast*; Mídia hegemônica.

ABSTRACT

This study analyzes the framings and counter-framings of the weekly podcast “*Angu de Grilo*”, based on the interpretation of events through social structures permeated by racism, sexism, socioeconomic inequalities, among others. By addressing news while considering these elements, “Angu de Grilo” presents counter-framings in relation to hegemonic media, in addition to the influence of hosts Flávia Oliveira and Isabela Reis on the selection of topics and narrative style. To understand the particularities of the podcast’s framings, this study starts from the hypothesis—confirmed in the analysis—that “*Angu de Grilo*”, by framing news with different aspects than traditional journalism, practices anti-racist, intersectional, and humanized journalism, contributing to the questioning of the status quo.

Keywords: *Angu de Grilo*; Anti-racist journalism; Framing; Intersectionality; Podcast; Hegemonic Media.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
2. RAÇA, GÊNERO, INTERSECCIONALIDADE E JORNALISMO.....	6
2.1 Raça.....	6
2.2 Gênero e Interseccionalidade.....	9
2.3 Jornalismo.....	12
3. JORNALISMO ANTIRRACISTA.....	15
3.1 Breve apanhado da imprensa negra no Brasil.....	16
4. PODCAST E “ANGU DE GRILLO”	20
4.1 Angu de Grilo.....	24
5. MÉTODO DE ANÁLISE.....	27
5.1 Análise de enquadramento aplicada à pesquisa.....	29
6. ANÁLISE.....	32
6.1 Enquadramentos dos cinco episódios mais ouvidos.....	32
6.2 Enquadramentos dos cinco episódios escolhidos.....	38
6.3 Tipo de Enfoque.....	44
6.4 Impactos dos acontecimentos.....	46
6.5 Emoções individuais das apresentadoras.....	47
6.6 Utilização de material de apoio.....	48
6.7 Enquadramentos e contra-enquadramentos.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	53
Anexo 1.....	59

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar as escolhas jornalísticas e, consequentemente, de enquadramento das notícias disseminadas pelo *podcast* “Angu de Grilo”, criado pelas jornalistas Flávia Oliveira e Isabela Reis, a partir dos conceitos de mídia antirracista, interseccionalidade e jornalismo humanizado. Como objeto de pesquisa foram selecionados dez episódios, entre os mais de 260 publicados até novembro de 2024. A escolha obedeceu ao seguinte critério: foram selecionados os cinco mais ouvidos desde o lançamento do *podcast* em 2019, e os outros cinco escolhidos de acordo com os critérios de noticiabilidade da autora deste trabalho: nível de interesse público; interesse social; incentivo ao debate público; relevância e potencial reflexivo, sendo que cada episódio representa um ano de existência do produto, totalizando cinco anos.

Disponível em diversas plataformas de áudio, como Spotify, Amazon Music, Orelo, entre outras, o “Angu de Grilo” é um *podcast* independente e não tem relação com nenhuma empresa de mídia e patrocinadores. Semanalmente, as duas apresentadoras, mulheres negras que são mãe e filha, fazem um destaque com as principais notícias da semana e indicam possíveis acontecimentos para o público. Ao ouvir os episódios, percebe-se, inicialmente, que o conteúdo jornalístico apresentado tem um enquadramento diferente da mídia hegemônica¹. Ao trazer perspectivas pouco abordadas pelo noticiário das grandes empresas de comunicação, as jornalistas deixam evidente “o lugar de fala” (Djamila Ribeiro, 2019) do qual elas partem para analisar os acontecimentos: duas mulheres negras, feministas e de origem pobre. Além disso, elas deixam claro para o público que existe a possibilidade de escolher “ângulos” diferentes no fazer jornalístico, o que desfaz o conceito “imparcialidade plena” do jornalismo, já que todo veículo ou profissional de comunicação têm viés e identidade social estabelecida, ainda que não seja explícita.

Djamila Ribeiro (2019), conceitua o “lugar de fala” como uma postura ética para entender a partir de “onde” falamos, tendo como critérios as hierárquicas sociais, desigualdades, pobreza, sexismo, racismo etc. Segundo Ribeiro (2019), reivindicar “o lugar de fala” é fundamental para entendermos a realidade na qual qualquer pessoa está inserida, considerando as características sociais explícitas e implícitas, já que existe uma perpetuação

¹ De acordo com Clarissa do Nascimento Peixoto (2019), para Gramsci a hegemonia baseia-se em um certo consenso, produzido pelos grupos dominantes, que se dedicam à consolidação de uma ideologia, de forma que esta seja incorporada ao senso comum e adotada como visão de mundo, com capacidade de conformar as forças sociais e as relações de poder conflitantes, aplicada a comunicação, a mídia hegemônica ajuda a reforçar essas ideias. A contra-hegemonia seria o movimento contrário, o questionamento dessa visão de mundo dominante.

de narrativas dominantes. “Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades” (Ribeiro, 2019, p. 34).

Na comunicação, segundo Amaral (2005), os lugares de fala se caracterizam como:

[...] instrumento teórico-metodológico que cria um ambiente explicativo para evidenciar que os jornais populares ou de referência falam de lugares diferentes e concedem espaços diversos à falas das fontes e dos leitores. (Amaral, 2005, p. 105)

Nesse sentido, os meios de comunicação reconhecem as próprias posições sociais simbólicas, como também as dos leitores, incorporando noções do mercado e discurso, o que fica evidente a partir dos editoriais de cada veículo.

Ao criar o “Angu de Grilo”, Flávia Oliveira e Isabela Reis questionam o “lugar de fala” dominante da mídia brasileira, que é majoritariamente branca, de elite e masculina, e trazem novos enquadramentos para o jornalismo, o que influencia o ouvinte a pensar perspectivas diferentes das notícias – além de incentivar os debates sobre como classe, raça e gênero interagem na sociedade, trazendo um olhar mais humano. No primeiro episódio com o título “Tá servido!”, elas anunciam que o *podcast* não será apenas jornalístico, mas sim, um local de não-confinamento a um único assunto.

Para entender a marcação do espaço contra-hegemônico do “Angu de Grilo”, é preciso entender que o racismo cria mecanismos para impedir que a população marginalizada tenha acesso a direitos básicos e, conseqüentemente, não tenha acesso a uma cidadania plena, garantida na Constituição Federal de 1988, para que o poder institucional e político seja mantido e restrito a uma burguesia branca. Para Bento (2022), a manutenção desses privilégios sociais, econômicos e políticos para uma camada da população, a branca e rica, se retroalimenta de forma inconsciente e não verbalizada, o que a autora denomina como *pacto narcísico da branquitude*. Segundo ela, esse “pacto” provoca a exclusão da população negra nas instituições e no mercado de trabalho.

Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele. (Bento, 2022, p.18)

Os meios de comunicação brasileiros refletem essa organização estrutural da sociedade, seja pela falta de pessoas negras nos espaços de decisão dentro das corporações,

pela ausência de profissionais pretos e pardos, como jornalistas, editores e comentaristas, ou pela estigmatização desses grupos na veiculação de notícias.

Com o propósito de transformar a realidade, reivindicar espaços e lutar contra as diversas opressões e violências, surge o jornalismo negro e antirracista, sendo o “Angu de Grilo” um exemplo disso, em resposta aos veículos tradicionais de comunicação que dominam a circulação de informação e são responsáveis pela construção do imaginário social. Estes veículos, ao discutirem as temáticas a partir de viés hegemônico e branco, contribuem para a propagação da ideologia da democracia racial (Araújo, 2019). Ainda segundo Araújo:

A partir do conceito de veículos de comunicação especializados na temática racial, na luta contra o racismo e comprometidos com a construção de narrativas negras sobre os diversos assuntos (economia, política, esportes, cultura, dentre outros). A imprensa negra tende a se diferenciar da tradicional não apenas por produzir mais conteúdos (proporcionalmente) sobre a questão racial, mas por destacar o protagonismo negro nas diversas questões vivenciadas pela sociedade. (Araújo, 2019, p. 2)

Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo analisar quais enquadramentos foram utilizados no podcast “Angu de Grilo”, destacando o papel jornalístico, informativo e a de comunicação social e cidadã. Também investiga-se como a internet possibilitou novos espaços para distribuição de conteúdos sonoros produzidos por pessoas negras, as perspectivas ancestral e interseccional do *podcast*; características do conteúdo jornalístico e informativo; e quais as características da abordagem dos assuntos.

A análise deste trabalho foi feita a partir de Análise de Enquadramento (Porto, 2004) e (Goffman, 2012), tendo como ferramenta a análise de conteúdo dos dez episódios selecionados do *podcast* “Angu de Grilo”. Por conta da complexidade social e teórica acerca dos “tipos” de enquadramento, a metodologia de análise terá o apoio de levantamento bibliográfico para entender as angulações jornalísticas nas abordagens de gênero, raça, desigualdade social, interseccionalidade etc. Para isso, autoras como Angela Davis (2016), Lélia Gonzalez (2020), Cida Bento (2022), bell hooks (2019), entre outras, foram selecionadas para compor este trabalho.

Para entender os enquadramentos utilizados em cada episódio, serão examinados as possibilidades de enquadramentos jornalísticos e como a construção social do veículo e as subjetividades dos profissionais de comunicação interagem com a escolha narrativa das notícias, e como essas escolhas se relacionam com a percepção dos ouvintes/receptores dos acontecimentos noticiáveis. Segundo Soares (2006), o enquadramento (*framing*) atua como

marcos interpretativos, a partir da construção social de cada indivíduo, o que permite a esses atribuírem sentidos às situações.

Ao fazer um estudo de como os enquadramentos midiáticos funcionam, Soares (2006) apresenta autores teóricos como Robert Entman ao expor que:

[...] ao fornecerem, repetirem e, portanto, reforçarem palavras e imagens que referenciam algumas idéias, mas não outras, os enquadramentos tornam algumas idéias mais salientes no texto, outras menos e outras inteiramente invisíveis. As orientações dos enquadramentos são difíceis de se detectarem, porque muitos artifícios podem parecer “naturais”, simples escolhas de palavras ou imagens (Entman, 1991 *apud* Soares, 2006, p. 3).

A reflexão do autor torna explícito que as escolhas narrativas dos jornalistas parecem imperceptíveis, e muitas vezes, reforçam a hegemonia de veículos tradicionais de comunicação, ao repetirem uma visão única do fato, tendo em vista que essas “escolhas” partem de algum lugar.

Para Azevedo (2021) os enquadramentos dominantes ajudam a reforçar padrões sociais e preconceitos, já que eles:

[...] refletem e dão suporte às principais instituições sociais e são amplamente compartilhados por seus membros”, estruturando a compreensão social e o debate público a respeito de problemas sociais e políticas públicas. (Azevedo, 2021, p. 7)

A análise presente neste trabalho é relevante para explicitar as escolhas dos enquadramentos jornalísticos nos conteúdos midiáticos e demonstrar como as novas ferramentas de comunicação, no caso os *podcasts*, contribuem para difundir enquadramentos contrários aos dominantes, sendo o “Angu de Grilo” um exemplo de canal de enquadramentos contra-hegemônicos, ao abordar temas numa perspectiva feminista, racial, social, entre outros.

Dessa forma, este trabalho é dividido em seis capítulos: “Raça, Gênero, Interseccionalidade e Jornalismo”; “Jornalismo Antirracista”; “*Podcast* e ‘Angu de Grilo’”; “Método de análise” e “Análise”. O segundo capítulo aborda os conceitos centrais que norteiam este trabalho, bem como eles se relacionam com o jornalismo, sendo esse capítulo o referencial teórico com os autores basilares sobre os temas.

O terceiro capítulo trata das principais ideias de jornalismo antirracista e a história da mídia negra no Brasil, que início em 1833 com o “*O Homem de Cor*”. É onde se inicia a explicação as diferenças da mídia antirracista e mídia hegemônica. O quarto capítulo aborda apresenta as definições norteadoras sobre *podcast* e como os veículos de comunicação, jornalistas e mídia se adaptaram para integrar a nova ferramenta.

O capítulo cinco explica a metodologia de pesquisa escolhida para desenvolver este trabalho: a análise de enquadramento (Porto, 2004) e (Goffman, 2012) e como esse método foi aplicado na pesquisa.

O sexto capítulo expõe os resultados da pesquisa. O capítulo confirma a hipótese inicial e apresenta como os enquadramentos do “Angu de Grilo” se diferenciam da mídia tradicional, a partir do recorte de raça, gênero e interseccionalidade dos fatos relatados, sendo que *podcast* contribui para humanização do jornalismo e traz reflexões sobre as estruturas sociais da sociedade.

2. RAÇA, GÊNERO, INTERSECCIONALIDADE E JORNALISMO

Para entender a relevância do jornalismo contra-hegemônico, sendo o objeto e exemplo de estudo o *podcast* “Angu de Grilo”, é preciso compreender a estrutura social do Brasil. País fundado e estruturado pelo racismo, teve como principal elemento da economia colonial o mercado escravista da população negra africana e de indígenas, sendo o último país das Américas a abolir a escravidão, somente em 1888, por meio da Lei Áurea². Esse histórico tem consequências até hoje, visto que é responsável pela marginalização e as diversas violência relegadas ao povo negro, geração de desigualdades e impede que determinados grupos tenham acesso a espaços de poder.

Além das heranças do sistema escravista, as relações de gênero e classe dialogam diretamente com o racismo. Mulheres de grupos étnicos estruturalmente marginalizados encontram mais barreiras sociais e, consequentemente, estão sub-representadas nos espaços de poder. Essas opressões se materializam no “lugar” do duplo, ou seja, no racismo e sexismo da cultura brasileira (Gonzalez, 1984), o que produz efeitos violentos, sejam eles psíquicos e físicos, sobre a mulher negra em particular.

Como o jornalismo e a construção midiática são entidades que se entrelaçam e ajudam a construir o imaginário social (Traquina, 2005), perceber como raça, gênero e classe influenciam a produção do conteúdo informacional são aspectos centrais deste trabalho, visto que o fato social não está dado de forma “crua”, mas está carregado de interpretações do emissor, do meio e dos receptores da mensagem.

2.1 Raça

Segundo Almeida (2019), o racismo é uma forma de discriminação sistemática, alicerçada em uma ideia de raça essencialmente política, pois não há evidências biológicas ou culturais que justifiquem o tratamento discriminatório entre humanos. Entretanto, esse conceito distorcido de raça ainda é utilizado para a naturalização de desigualdades, legitimação da segregação e genocídio de grupos sociais minoritários.

Racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (Almeida, 2019, p. 22).

²Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em: 20 de novembro de 2024

Logo, por fazer parte da estrutura social, o racismo atravessa todas as dinâmicas da sociedade, sejam elas culturais, políticas, públicas, privadas, entre outras. Esse conjunto de atos discriminatórios, evidencia o processo de subalternização e privilégios a depender do grupo racial de cada indivíduo (Almeida, 2019). Além de estruturante, a concepção de raça opera de forma ontológica para construção do “não ser”, ou seja, na deslegitimação da humanidade das pessoas negras (Carneiro, 2023), já que a ideia de superioridade racial é sustentada a partir da contraposição do “Eu” hegemônico, o branco, com o “Outro”, o negro.

Ao apontar como o racismo opera nas instituições, Almeida (2019) explica que os grupos dominantes impõem regras, ligadas a padrões de conduta e modos de racionalidade, que são consideradas naturais. “Isso faz com que a cultura, padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade” (Almeida, 2019, p. 27). Segundo Carneiro (2023), a criação desse imaginário funciona como um dispositivo de racialidade:

[...] afirmando que esse Eu, no seu encontro com a racialidade ou etnicidade, adquiriu superioridade pela produção do inferior, pelo agenciamento que esta superioridade produz sobre a razoabilidade, a normalidade e a vitalidade. O dispositivo de racialidade também produz uma dualidade entre positivo e negativo, tendo na cor da pele o fator de identificação do normal, e a branquitude será a sua representação. (Carneiro, 2023, p. 26)

O conceito de dispositivo empregado por Carneiro (2023) é baseado nas reflexões de como o poder se articula de Michael Foucault. Ao aplicar essas percepções a realidade social brasileira, principalmente, a como o histórico de escravidão moldou as relações raciais no país, a autora demonstra que o dispositivo de racialidade ao mesmo tempo que produz o racismo, ele reproduz os preconceitos em todas as esferas.

Bento (2022) reforça a ideia de como o preconceito racial é perpetuado pelas instituições e pela construção do imaginário social, seja de forma consciente ou inconsciente, segundo ela:

Essa transmissão atravessa gerações e altera pouco a hierarquia das relações de dominação ali incrustadas. Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios. (Bento, 2022, p. 18)

Esses lugares de privilégios são construídos e internalizados através de uma perspectiva “racional”, que “busca justificar as desigualdades a partir da ideia de mérito” (Bento, 2022, p. 19). Ou seja, cada indivíduo, a depender do conjunto de habilidades e esforço

pessoal, poderia ocupar qualquer espaço na sociedade, sem interferência de raça, gênero e classe.

O racismo, enquanto pseudociência, busca legitimar a produção de privilégios simbólicos e materiais para a supremacia branca que o engendrou. São esses privilégios que determinam a permanência e a reprodução do racismo enquanto instrumento de dominação, exploração e, mais contemporaneamente, de exclusão social em detrimento de toda evidência científica que invalida qualquer sustentação para o conceito de raça. (Carneiro, 2023, p. 19)

Esse mecanismo meritocrático é uma das forças mais perversas da dominação de um grupo racial sobre outro, já que “[...] Parte de uma ideia falsa para chegar a uma conclusão igualmente falsa” (Bento, 2022, p. 21).

É ao longo da história que se forja o “sistema meritocrático” em que um segmento branco da população vai acumulando mais recursos econômicos, políticos, sociais, de poder que vai colocar seus herdeiros em lugar de privilégio. (Bento, 2022, p. 35)

Em sociedades desconfiguradas pelo racismo, como a brasileira, não dá para ignorar como a condição social da população negra é precarizada, uma vez que há preferência de um “perfil” único, o branco, para ocupar os espaços de poder, características que geram desemprego, pobreza, subemprego, informalidade, baixos índices educacionais etc. Essa “preferência” por um perfil, Carneiro (2023) classifica como “privilégio branco”. Independente das ações individuais do negro, o branco sempre estará em posição de superioridade.

Ao tentarem subverter essa lógica de dominação e se colocarem em posição de igualdade, os negros são considerados invasores, pois estão ocupando um lugar de prestígio e poder que não é intrínseco a eles (Bento, 2022).

De acordo com Carneiro (2023), para os brancos é “natural” que esses locais sejam exclusivos, já que esta herança é tratada como mérito para legitimar a supremacia econômica, política e social.

Os brancos, em sua maioria, ao não se reconhecerem como parte essencial nas desigualdades raciais, não as associam à história branca vivida no país e ao racismo. Além disso, a ausência de compromisso moral e o distanciamento psicológico em relação aos excluídos são características do pacto narcísico. (Bento, 2022, p. 121)

Diante disso, não é possível separar a branquitude dos privilégios, visto que o racismo como parte estruturante da construção histórica brasileira é naturalizado e fortalecido, principalmente, por conta do mito da democracia racial (Gonzalez, 2020). Sendo um conjunto de práticas e articulações ideológicas, o preconceito estabelece a divisão racial de todas as estruturas raciais. Sendo assim, “as instituições são racistas porque a sociedade é racista”

(Almeida, 2019, p. 31). Para Almeida, “[...] sem fazer nada, toda instituição irá se tornar uma correia de transmissão de privilégios e violências racistas e sexistas” (Almeida, 2019, p. 32).

2.2 Gênero e Interseccionalidade

Assim como raça, a noção dos papéis de gênero são parte da construção social e cultural na sociedade, sustentada pelo patriarcado e machismo (Beauvoir, 2008). Beauvoir (2008), ao analisar os mitos e fatos sobre o que a sociedade considera “feminino” e “masculino”, apresenta como a diferenciação de gênero na biologia, psicanálise e história ajudaram a determinar o lugar inferioridade, já que as mulheres em todos esses aspectos são colocados como o “outro”, em oposição ao homem (macho), o ser humano universal (Beauvoir, 2008). Butler (2018) ajuda a sustentar essa ideia, ao explicar como a aparato jurídico ajuda criar essas identidades:

[...] a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento. (Butler, 2018, p. 16)

Como raça e gênero estão interligados, a mulher negra enfrenta processos discriminatórios mais profundos, uma vez que são alcançadas pelo racismo e sexismo. Em *Mulheres, Raça e Classe*, Angela Davis (2016) faz uma panorama histórico sobre a escravidão e a luta pelo sufrágio na sociedade estadunidense do século XIX até a contemporaneidade. Ao descrever esse cenário, Davis (2016) evidencia como a mulher negra sempre foi colocada como um objeto de exploração e condicionada a um estado de “não ser”.

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas.” (Butler, 2018, p. 17)

Diferente das mulheres brancas, as negras tiveram aspectos de sua existência apagados pelo trabalho forçado, uma vez que o sistema escravista enxergava o indivíduo negro como propriedade, as mulheres negras, além de mercadorias lucrativas, eram consideradas “reprodutoras”. Segundo Davis (2016), em muitos momentos essas mulheres eram desprovidas de gênero pelos proprietários de escravos. “No que dizia respeito ao

trabalho, a força e a produtividade sob a ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo” (Davis, 2016, p. 26). Como afirma Álvaro e Araújo (2020):

A objetificação é fundamental nesse processo. Como objeto, a mulher negra é apropriada em sua forma concreta, possuída como coisa e tomada em sua totalidade. Vivenciando um racismo sexualizado, as mulheres negras foram usadas para fins de satisfação sexual dos homens brancos (Álvaro; Araújo, 2020, p. 355).

Entretanto, esses papéis sexuais hierárquicos ficavam evidente quando as mulheres escravas, ao desafiarem essa lógica de desumanização e enfretar a escravidão, eram estrupradas pelos senhores. Como explica Davis (2016): “O estupro [de mulheres negras] era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros” (Davis, 2016, p. 38). Ou ainda:

O estupro não se trata de uma expressão de um tipo de sexualidade brutalizada ou desenfreada, mas de imposição; é uma violência sexual circunscrita por manifestações abusivas de poder e marcadores de gênero, portanto, se trata de uma forma de dominação [...] (Álvaro; Araújo, 2020, p. 363).

É nessa lógica de dominação, que racismo e sexismo se fortalecem mutuamente, já que enquanto discurso, quando se falava em “mulher”, somente as brancas eram levadas em consideração (hooks, 2019). Essas características são legados da escravidão visíveis até hoje.

No Brasil, a relação de raça e gênero se constitui de forma encoberta, por conta do mito da democracia racial e da ideologia do branqueamento. Gonzalez (1984), ao analisar a herança da escravidão no contexto brasileiro a partir de conceitos psicanalíticos, apresenta o que chama de “neurose cultural” do país. Para a autora, o racismo e sexismo à brasileira designa a mulher negra a um papel de fetiche e cuidadora, “[...] a dupla imagem da mulher negra hoje: mulata e doméstica” (Gonzalez, 1984, p. 224).

Ao mesmo tempo que mulheres negras são excluídas na sociedade, elas são glorificadas, a depender da sua tonalidade da pele, exatamente porque a ideologia de branqueamento criou essa simbologia opressiva. Enquanto “mulata”³ é endeusada, vista

³ A mulata é a encarnação do mito da democracia racial e símbolo da miscigenação forçada brasileira. Expressão que representa a mistura de duas raças, a negra e a branca, sendo um fator de embranquecimento e “cura” das mulheres pretas, já que para sociedade racista, elas apresentam traços mais “finos”. A mulata também é uma alegoria da hiperssexualização das mulheres negras, colocadas como mais sexuais, objetos de desejo masculino e prostitutas, o que favorece a cultura do estupro. Segundo Lélia Gonzalez (1984, p. 228): “O mito que se trata de reencenar aqui, é o da democracia racial. E é justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda a sua força simbólica. E é nesse instante que a mulher negra transforma-se única e exclusivamente na rainha, na ‘mulata deusa do meu samba’, ‘que passa com graça/fazendo pirraça/fingindo inocente/tirando o sossego da gente’”. O exemplo fica visível ao lembrar os anos que o comercial da “Globeleza” exibia uma mulher negra seminua dançando em rede nacional pela TV Globo.

objeto sexual e de prazer durante o carnaval, já a “preta” é designada a prestação de serviço, a trabalhadora doméstica, a babá (Gonzalez, 1984).

[...] a democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica (Gonzalez, 1984, p. 228)

A construção dessa “neurose cultural” foi possível a partir das noções de consciência e memória empregadas pela raça dominante, segundo Gonzalez (1984, p. 226):

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que a memória inclui.

Ao povo negro foi negado o exercício da ancestralidade, dos direitos, de viver a cultura, a humanidade, visto que foram retirados de forma forçada e violenta dos países africanos. Para a ideologia da superioridade racial branca ser efetiva, os mecanismos de apagamento da memória e da linguagem foram essenciais. Esse processo ajudou a construir uma identidade negativa para a mulher negra, justificando os lugares de subordinação e opressão destinados a ela, o que promove, de maneira inconsciente, a aceitação de um papel inferiorizado socialmente (Geledés, 1993).

As mulheres negras advêm de uma experiência histórica diferenciada, e o discurso clássico sobre a opressão da mulher não dá conta da diferença qualitativa da opressão sofrida pelas mulheres negras e o efeito que ela teve e tem ainda na identidade das mulheres negras” (Geledés, 1993, p. 12)

Na medida em que, segundo Bento (2022), existe uma divisão racial e sexual do trabalho e nas instituições, não é difícil perceber que as mulheres negras passam por um processo tríplice de discriminação.

É nesse sentido que o racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que remete a uma divisão racial do trabalho extremamente útil e compartilhada pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. (Gonzalez, 2020, p. 86)

Diante disso, é necessário considerar a intersecção de raça, gênero e classe para entender o lugar que é designado a mulher negra e possibilitar um novo modelo de sociedade.

Já que, segundo Djamila Ribeiro: “classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida” (Ribeiro, 2016).

Os meios de comunicação não se separam da realidade histórica e contribuem para reprodução de ideias dominantes (racismo e sexismo) e manutenção do *status quo*, uma vez que materializam a estrutura social de forma orgânica.

2.3 Jornalismo

A desigualdade racial e gênero fica evidente ao analisar quem são os jornalistas brasileiros⁴, segundo a pesquisa *O Perfil do Jornalista Brasileiro* (2023) realizada pela Universidade Federal de Santa Catarina, apenas 20,6% dos entrevistados(as) se identificaram como pardos(as) e 9,3% como pretos(as), ou seja, os jornalistas ainda são predominantemente brancos, 67,8%. Em relação ao gênero, as redações são de maioria feminina, 58% dos profissionais são mulheres, a maioria delas são brancas, 68%. Os dados revelam que, apesar dos avanços, o jornalismo brasileiro não reflete a composição da população brasileira, que é majoritariamente negra⁵.

Ademais, apesar da categoria ser majoritariamente feminina, reconfiguração que ocorreu a partir da década de 1960 por conta da expansão dos cursos de graduação, o processo chamado de feminização do jornalismo não apresentou a garantia da equidade de direitos entre homens e mulheres que trabalham em redações (Rocha; Woitowicz, 2017). Segundo Lelo (2019, p. 2):

A mera paridade entre mulheres e homens nas redações não conduz mecanicamente à igualdade de condições ou à isonomia das condutas organizacionais. Não desconsiderando a importância da igualdade e da diversidade na distribuição de posições hierárquicas.

Essas assimetrias de gênero se manifestam também, além da disparidade salarial entre homens e mulheres na profissão, na ocupação de cargos de chefia, o que confere às jornalistas funções de menor prestígio (Pontes, 2017), “uma vez que a “lógica feminina” é corriqueiramente associada nas redações às coberturas de menor relevância informativa (Lelo, 2019, p. 9). Na análise de Pontes (2017, p. 2), “A disparidade é ainda maior quando os dados são coligidos por raça”.

⁴Disponível em: <https://perfildojornalista.ufsc.br/>. Acesso em: 20 de novembro de 2024.

⁵Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/22005-censo-2022-o-retrato-atualizado-do-brasil.html>. Acesso em: 20 de novembro de 2024.

Diante disso, ao pensar os meios de comunicação como uma instância pedagógica e cultural da sociedade (Silva, 2010), o poder simbólico do jornalismo se faz presente pela falta de representação de pessoas negras, bem como pelas escolhas dos enquadramentos das notícias que acabam reproduzindo preconceitos e legitimam uma visão hegemônica.

Levando em conta a cultura como *locus* fundante das desigualdades sociais, e central na constituição da subjetividade, os atributos e significados imiscuídos nos discursos noticiosos revelam-se profícuos para compreensão das relações de poder, produção de saberes e constituição de sujeitos, sobretudo em uma sociedade desigual como a brasileira (Silva, 2010, p. 11)

Segundo Silva (2010), a produção de notícias é permeada pelas escolhas e modos de vida de quem as produz, visto que essas “narrativas” interagem de forma dinâmica e constante com a mídia, e representam as normas sociais e sendo vistas como parâmetro da realidade. Nesse sentido, as pessoas negras por “[...]terem uma baixa representatividade na mídia, sua imagem aparece sempre relacionada a estereótipos que reforçam o preconceito e o racismo.” (Santana *et al*, 2018, p. 53).

As notícias não são fatos soltos na realidade social, elas ajudam compreender o contexto a partir de um ponto, visto que “[...] as próprias questões econômicas, ideológicas, o consumo e o poder dependem fundamentalmente da geração de significados para se legitimarem” (Silva, 2010, p. 28). Segundo Traquina (2020), a mídia exerce um poder de enquadrar os fatos de acordo com os “agentes da mídia”, não apenas de projeção social da realidade. Nesse sentido, a mídia exerce um papel fundamental para preservação da hierarquia social.

Esses atributos, tomados como o parâmetro do “normal” para a constituição das normas que regem o social, segundo alguns teóricos, acabam por constituir uma hierarquia social excludente que pode ser compreendida por meio da imagem de uma pirâmide de distribuição de poder, cujo topo é constituído pelo masculino hegemônico mencionado e a base, por atributos que remetem ao que se coloca no pólo oposto (como mulheres, gays, lésbicas, negros, pobres, etc.) (Silva, 2010, p. 53).

Tudo que é contrário a essa “normalidade” construída é desconsiderada, por conta do racismo, sexismo, lgbtfobia e demais (Carneiro, 2023). Ao não enquadrar as notícias com distintas perspectivas ou não elencar como os fatores raça, gênero e classe dialogam com o meio ambiente, o jornalismo hegemônico faz uma escolha, mesmo que não explícita, de construção de uma realidade que reforça os lugares de marginalização:

Não apenas porque o jornalismo, como conhecimento social, se relaciona diretamente com os saberes legítimos e produzidos nas instâncias de poder, mas

também porque a mídia participa dos processos didáticos de explicação dos conhecimentos que devem ser partilhados e tomados como norteadores da sociedade (Silva, 2010, p. 62)

Diante disso, o jornalismo antirracista e interseccional, ao colocar o povo negro como protagonista da sua própria história, que majoritariamente foi narrada a partir de uma visão branca europeia e colonizadora, apresenta formas de compreensão da sociedade e conhecimentos que não são colocadas em pauta pelas empresas tradicionais de comunicação. Sendo assim, além de teoria, uma prática antirracista e interseccional. “A interseccionalidade como prática crítica faz o mesmo, mas de maneiras que, explicitamente, desafiam o *status quo* e visam a transformar as relações de poder” (Bilge e Collins, 2021, p. 53). Além disso, a mídia produzida por pessoas negras coloca-se como alternativa a um modelo de comunicação que é extremamente excludente e branco.

3. JORNALISMO ANTIRRACISTA

O jornalismo negro e antirracista, em resposta aos veículos tradicionais de comunicação que dominam a circulação de informação e são responsáveis pela construção do imaginário social, surge para apresentar à população outras perspectivas de noticiabilidade. Os veículos hegemônicos, ao discutirem a temática racial de maneira superficial, contribuem para a propagação da ideologia da democracia racial (Araújo, 2019). É importante ressaltar que a mídia negra surgiu desde o período colonial do Brasil, com primeira aparição em 1833, com jornal *O Homem de Cor*. Nesse sentido, Araújo define imprensa negra como:

A partir do conceito de veículos de comunicação especializados na temática racial, na luta contra o racismo e comprometidos com a construção de narrativas negras sobre os diversos assuntos (economia, política, esportes, cultura, dentre outros). A imprensa negra tende a se diferenciar da tradicional não apenas por produzir mais conteúdos (proporcionalmente) sobre a questão racial, mas por destacar o protagonismo negro nas diversas questões vivenciadas pela sociedade. (Araújo, 2019, p. 2)

O jornalismo antirracista apresenta formas de compreensão da sociedade e conhecimentos que não são colocadas em pauta pelas empresas tradicionais de comunicação, sendo o povo negro o protagonista da própria história. Além disso, a mídia negra coloca-se como alternativa a um modelo de comunicação que é extremamente excludente e branco.

Conforme o *Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil*⁶, feito pela ONG Repórter Sem Fronteiras e Intervozes, 50% da mídia brasileira pertence a monopólio privado e oligopólios familiares, concentrados em cinco grupos ou proprietários individuais. São eles: Grupo Globo, Grupo Bandeirantes, família Macedo (considerando o Grupo Record e os veículos da Igreja Universal do Reino de Deus, ambos do mesmo proprietário), Grupo RBS e Grupo Folha. Sendo assim, os meios de comunicação de maior audiência no país são controlados, dirigidos e editados, na maioria dos casos, por uma elite econômica composta exclusivamente por homens brancos.

A imprensa antirracista e negra é, portanto, emancipatória e contribui para exercício da cidadania de toda a sociedade, independente de grupo ou classe social, uma vez que garante o direito a uma informação plural, permite que o cidadão tenha acesso a uma visão mais crítica da realidade e concede espaço para os grupos ignorados pela mídia hegemônica.

⁶Disponível em: <https://intervozes.org.br/projetos/monitoramento-da-propriedade-de-midia-no-brasil-mom/>. Acesso em 06 jul. de 2024.

3.1 Breve apanhado da imprensa negra no Brasil

É relevante para a compreensão do desenvolvimento da Imprensa Negra no Brasil retornar ao contexto histórico anterior à implantação definitiva da imprensa no país, a partir da instalação da Imprensa Régia na Colônia em 1808, com a vinda da Corte Real portuguesa para o Rio de Janeiro. Anteriormente a este episódio, era vetada a circulação de quaisquer periódicos de cunho noticioso e demais impressos dentro do Brasil. Havia um controle do que era lido dentro da colônia a fim de evitar a dissipação de ideias iluministas e republicanas, oriundas da Revolução Francesa, e de ideais libertários, a partir da Independência dos Estados Unidos (Molina, 2015, p. 88-89).

Vista como a “vaca de leite” do Reino, como é parafraseado o rei João IV por Molina (2015), a Colônia não tinha serventia alguma além de suprir Portugal com matéria-prima. Desse ponto de vista, nota-se que não haviam intenções de desenvolver culturalmente ou intelectualmente a Colônia, proposição que oscila com o fato da população ser majoritariamente iletrada, ou seja, um público visto como pouco “apropriado” para o consumo de impressos, o que, nessa visão discriminatória, torna a inserção da tipografia algo desnecessário. Negros africanos, indígenas e demais pessoas submetidas ao sistema escravista não tinham o direito à informação e de se desenvolverem intelectualmente. Justamente em razão disso, Molina (2015) traz que “Os entraves que ao desenvolvimento da cultura intelectual no Brasil opunha a administração lusitana faziam parte do firme propósito de impedir a circulação de ideias novas que pudessem pôr em risco a estabilidade de seu domínio” (Holanda, 1995, p. 110 *apud* Molina, 2010, p. 121)

O receio que possuíam era fortemente sustentado com episódios revolucionários ocorridos no Período Colonial da história brasileira, sobretudo o vivenciado na denominada Revolta dos Búzios, na Bahia, que explorou artefatos comunicativos para realizar suas reivindicações, a saber: a libertação dos escravos, a instauração de um governo igualitário (onde as pessoas fossem vistas de acordo com a capacidade e merecimento individuais), além da instalação de uma República na Bahia e da liberdade de comércio, entre outros. A conspiração idealizada por pessoas negras era um protesto que ia contra a hegemonia colonial, a exploração da mão de obra de negros africanos escravizados e de toda a integridade do cenário de desigualdade social e racial da época. Já em 12 de agosto de 1798 - antes mesmo da existência da Imprensa Régia no Brasil – os protestos do grupo de negros composto por Lucas Dantas, Manoel Faustino, Luís Gonzaga e João de Deus foram feitos por meio de boletins espalhados pelos muros de Salvador que incentivavam o povo baiano com discursos de liberdade e igualdade.

Os ideais de igualdade, justiça e liberdade, a princípio franceses, ganharam, assim, novas cores à luz das demandas dos revoltosos baianos, em grande parte descendentes de africanos. Ao fim e ao cabo, esse levante demonstrou a possibilidade de pessoas negras organizarem espaços de opinião pública a serviço de seus próprios interesses. (Pinto, 2006, p. 21)

A história da imprensa negra do Brasil deve ser introduzida com a Revolta dos Búzios justamente pelo caráter revolucionário atrelado à reação das pessoas negras frente às imposições do sistema vigente na época e pela proibição da circulação de impressos burlada pelo uso de boletins manuscritos para incentivar as demais pessoas à Revolta. E adentrando à questão do uso da palavra escrita, Pinto (2006) afirma sua importância por garantir que a experiência da revolta atingisse uma outra escala, com o que chama de “consumo da cultura letrada”, que era também repassada por meio da leitura em voz alta ao público iletrado.

Com o afloramento do debate sobre questões raciais nesse recorte temporal, surgem os primeiros periódicos da chamada imprensa negra, como o impresso *O Homem de Cor*, fundado em 1833 por Francisco de Paula Brito, no Rio de Janeiro (RJ). Esse impresso tinha como caráter a luta racial fundamentada por “ideais iluministas e liberais de democracia”, que propagavam a “luta pela igualdade de todos os cidadãos independentemente da cor da pele ou de qualquer outra diferença fenotípica em solo brasileiro” (Pinto, 2006, p. 14).

Na história, outros periódicos foram surgindo, como é o caso do jornal *O Homem*, em 1876, no Recife, que já naquele momento introduzia pautas abolicionistas (Pinto, 2006, p. 15). Outros dois importantes jornais negros que surgiram respectivamente em 1889 e 1892 foram *A Pátria*, em São Paulo (SP), e *O Exemplo*, em Porto Alegre, ambos contextualizados em um Brasil já liberto do sistema escravista, mas presos aos preconceitos raciais enrustidos na sociedade, agravados ao longo dos anos de escravidão.

Logo, dentro do contexto de invisibilidade a que eram relegados os negros nos meios de comunicação brasileiros começa a circular a chamada imprensa negra (Oliveira, 2017), construída por uma resistência histórica que buscava a democracia e o pleno exercício da cidadania sem quaisquer entraves estabelecidos pelo preconceito racial.

Posteriormente a esse período (século XIX), as dificuldades para manutenção da imprensa negra se mantiveram no pós-abolição e durante todo o século XX, seja por conta dos custos para impressão dos jornais e pela dificuldade de acesso ao público, segundo Araújo (2019) essas questões impedia que veículos tivessem maior número de tiragem e fossem longevos, já que grande parte destes canais tinham poucas edições, “eram canais frágeis, com

difficuldade de se sustentar e com inserção limitada uma vez que grande parte dos negros não tinham acesso à escola e, portanto, não sabiam ler” (Araújo, 2017, p. 7).

Contudo, como evidencia Ferrara (1985) e Rosa (2014), foi no século XX que diversos jornais dedicados à temática racial foram criados no Brasil, em diferentes localidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre. Araújo (2019, p. 220) elenca alguns, que existiram em São Paulo entre 1903 e 1963:

A Liberdade, A Rua, A Sentinella, A Voz da Raça, Alvorada, Auriverde, Chibata, Correio D’Ébano, Elite, Evolução, Hifen, Mundo Novo, Niger, Nosso Jornal, Notícias De Ébano, Novo Horizonte, O Alfinete, O Baluarte, O Bandeirante, O Clarim, O Clarim Da Alvorada, O Estímulo, O Mutirão, Progresso, Senzala e Tribuna Negra.

Importante destacar que parte desses jornais eram vinculados com movimentos e organizações negras da época, como a “Voz da Raça”, criado pela Frente Negra Brasileira em 1933. Outros criados no contexto da ditadura militar, a partir de 1964, como “Jornegro”, produzido pela Federação das Entidades Afro-Brasileiras do Estado de São Paulo, lidaram com a forte repressão do período, “[...]Durante as décadas de 1960 e 70 a imprensa negra é silenciada pelo regime da ditadura militar - isso ocorre principalmente em razão das entidades do movimento negro perderem sua legitimidade durante o período” (Araújo, 2017, p. 9). Apenas a partir da década de 1980, que veículos dedicados a pautas raciais voltam a circular, um exemplo é a *Revista Raça*, criada em 1996, com uma proposta mais comercial e conteúdo dedicado à cultura afro-brasileira.

Com advento da internet, outros canais da imprensa negra surgiram no ambiente digital, como “Geledés” (São Paulo), “Revista Afirmativa” (Bahia), “Correio Nagô” (Bahia), “Notícia Preta” (Rio de Janeiro), “Alma Preta Jornalismo” (São Paulo), entre outros, que se dedicam em colocar a perspectiva negra como protagonista no fazer jornalístico nas mais diversas editorias. Vale ressaltar que a “Alma Preta Jornalismo” lançou, em 2023, o primeiro Manual de Jornalismo Antirracista⁷ do país, com objetivo de criar parâmetros para auxiliar jornalistas e comunicadores na cobertura da temática racial.

O jornalismo é uma ferramenta de transformação social. Diferentemente do que prega o senso comum da profissão, de que a cobertura jornalística é um espelho da sociedade e deve buscar a neutralidade e a imparcialidade, o trabalho da Alma Preta denuncia as desigualdades de raça, classe, gênero, sexualidade, região, entre outras,

⁷Disponível

em: <https://almapreta.com.br/images/2023/11/manual-de-redacao-o-jornalismo-antirracista-a-partir-da-experiencia-da-alma-preta.pdf>. Acesso em 30 nov. 2024.

apontando caminhos para uma sociedade mais justa e igualitária (Alma Preta, 2023, p. 15-16)

Diante desse cenário, essas mídias, além de difundirem ideais decoloniais, têm como prática jornalística o exercício do antirracismo (Andrade e Veloso, 2023, p. 166).

O jornalismo antirracista produzido por elas visa combater o racismo e as múltiplas formas de opressão geradas pelo sistema colonial de dominação histórica — que se estende ainda hoje por meio de opressões estruturais, como a discriminação racial — ampliando o alcance de vozes historicamente subalternizadas e desnaturalizando as hierarquias sociais instituídas pela própria mídia hegemônica.

Ademais, a construção desse tipo de jornalismo resistiu à época em que a escravidão era algo legal – no quesito legislativo – e permanece em resistência até contemporaneidade. Veículos independentes e contra-hegemônicos atuais, como o “Angu de Grilo”, analisado nesta monografia, fazem parte dessa resistência histórica da população negra ao sistema escravista que, o único espaço que possuíam dentro de periódicos, como na *Gazeta do Rio de Janeiro*, surgida em 1808 com a vinda da família real Portuguesa ao Brasil, eram as lacunas de anúncios de compra, vendas e negociações de pessoas negras escravizadas (Molina, 2015, p. 115).

O “Angu de Grilo”, ao representar uma ferramenta de resistência, pela escolha da linguagem e pautas, firma para a totalidade como “a diáspora negra dizendo que sobreviveu e sobreviverá, superando as cicatrizes que assimilam sua dramática trajetória, trazendo em suas mãos o livro” (González; Hasenbalg, 2022, p. 35), no caso de Flávia Oliveira e Isabela Reis, apresentadoras do *Podcast*, elas trazem em suas “mãos” a oralidade.

4. **PODCAST E “ANGU DE GRILO”**

Com o avanço das tecnologias informacionais e de comunicação e a plataformização⁸ do jornalismo, novas formas de consumo provocam mudanças nos modelos tradicionais de produção, como no jornalismo-televisivo, rádio e jornais impressos. O modelo de consumo de mídia sonora sofreu diversas transformações com a criação das plataformas de áudio, como o *Spotify*, *Deezer*, *Amazon Music* e etc, já que, diferentemente do modo ao vivo das grandes emissoras de rádio, essas plataformas permitem que os conteúdos fiquem disponíveis para os ouvintes em todos os momentos do dia, criando assim, um acervo de possibilidades de narrativas.

Segundo Bonini (2020), o termo *podcasting* foi utilizado pela primeira vez em 2004 pelo jornalista britânico Ben Hammersley em artigo do jornal *The Guardian*. A palavra é uma neologismo da junção de *broadcast* e *pod*, em alusão ao dispositivo de áudio da Apple, o Ipod. Como explica o autor, o *podcast* representa uma mudança com a digitalização dos sons na internet e a manutenção das práticas de consumo de narrativas em áudio, criadas pelo rádio. Bonini (2020) define o *podcasting* como:

[...] uma tecnologia para distribuição, recepção e escuta sob demanda de conteúdo sonoro produzido por tradicionais editores, como rádio, companhias editoriais, jornalistas e instituições educacionais (escolas, centros de ensino profissionalizante), ou criado por produtores independentes de rádio, artistas e amadores (Bonini, 2020, p. 14).

Sendo uma ferramenta que não necessita de “terceiros” para ir ao ar e manutenção, uma vez que para criação de um canal não é necessário a concessão de sinal de radiodifusão ou financiamento de patrocinadores, apenas o acesso a internet e plataformas áudio, o *podcast* funciona como uma ferramenta mais democrática para produção de conteúdo sonoro, ao mesmo tempo que há espaço para grandes veículos. Bonini (2020) ressalta que, mesmo com a facilidade que o novo meio oferece, o *podcast* não deve ser visto como uma alternativa à radiodifusão, mas como mais um meio digital que vai agregar à comunicação, “O podcasting como estratégia de produção sonora no atual cenário midiático é parte do transbordamento das práticas radiofônicas para além da estrutura hertziana” (Viana; Chagas, 2024, p. 21).

⁸ Os autores Poell, Nierborg e Van Dijck (2019, p.5) definem a plataformização “como a penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais de plataformas em diferentes setores econômicos e esferas da vida”. Ou seja, a relação de dependência dos setores da sociedade e dos indivíduos com as plataformas on-line, sejam elas as grandes empresas de tecnologias – *Big Techs* ou softwares governamentais.

Viana e Chagas (2024) destacam que no início das produções de *podcasts* no Brasil existiam três principais segmentos: tecnologia; tons confessionais, como diários pessoais; e aqueles que se assemelhavam a programas ao vivo de rádio. Além disso, os produtos tinham caráter amador e não profissionalizado (Bonini, 2020), já que eram ligados a interesses próprios de pessoas interessadas em disponibilizar esses programas.

Ainda nos primeiros anos, “a presença de mídias comerciais na podosfera era marcada apenas por reprodução dos áudios que iam ao ar na grade de programação das emissoras” (Viana; Chagas, 2024, p. 23). Ou seja, não havia um investimento em produtos exclusivos para plataformas de áudio dos meios tradicionais, apenas a partir do que Bonini (2020) define como a “segunda era do *podcasting*”, que os grandes veículos e apresentadores independentes começam a se profissionalizar e pensar formas de lucrar com o *podcast*.

[...] como ferramenta para comunicação independente, acessível mesmo para os não-profissionais, o podcasting foi imediatamente adotado pela mídia pública tradicional, pela mídia corporativa (rádio, TV, jornais) e por produtores profissionais com fins comerciais. Desde sua criação, o podcasting evoluiu em duas direções: amadora, sem fins lucrativos, e comercial, com fins lucrativos (um lucro que, como veremos, é quase sempre inexistente, ao menos até 2012) (Bonini, 2020, p. 20)

Com a popularização dessa nova ferramenta, foi necessário a integração entre novas práticas de consumo, culturais e modelos de percepção do público (Bufarah Junior, 2020), uma vez que com a digitalização os ouvintes começam a participar mais ativamente dos processos de produção.

[...] há um novo perfil de ouvintes, espectadores e leitores que passaram a ter uma maior autonomia utilizando as ferramentas digitais, de tal forma a participarem ativamente do processo de estruturação, produção e veiculação dos conteúdos digitais, indo além dos seres passivos que tinham limitações para interagir com os produtos midiáticos (Bufarah Junior, 2020, p. 36)

Segundo Bufarah Junior (2020), os modelos análogos estão cada vez mais provocando o desinteresse do público, por isso os meios de comunicação devem se adaptar para os novas de distribuição de conteúdo e aos modelos de negócios, já que “vivenciamos uma necessidade de mudança nos formatos” (Bufarah Junior, 2020, p. 36).

Oliveira, Nickel e Kalsing (2020) reforçam essa ideia ao analisarem o uso do *podcast* no jornalismo, sendo o objeto de estudo o programa brasileiro “Mamilos: Jornalismo de Peito Aberto”, um dos pioneiros no segmento, lançado em 2014. Os autores ressaltam que a possibilidade de aprofundar conteúdos e a participação do público foram pontos basilares para o sucesso do projeto:

É como se percebessem a insuficiência da notícia – pelo menos daquela que não vai além do lide clássico, limitado a um registro epidérmico do “como” e do “por que” na fórmula que tem ainda “quem”, “o quê”, “quando” e “onde” – avançando para uma tentativa de contexto, de incorporação de novos dados e visões a partir do público. (Oliveira; Nickel ; Kalsing, 2020, p. 157)

A partir dessa experiência exitosa, surgem os modelos de produção *podcasts* no Brasil, que são, geralmente, conteúdos exclusivos para as diversas plataformas e com uma lógica narrativa diferente das matérias de rádio, o que permite se aprofundar em temas específicos e trazer novas perspectivas para o debate. Exemplos disso são os programas jornalísticos diários, exclusivos para plataformas de áudios, como “O Assunto” – G1 – e o “Café da Manhã” – Folha de São Paulo. Além disso, Cavalcante (2021) destaca que o *podcast* possibilitou uma maior autonomia e criatividade do produtor.

O podcast trouxe a independência e a autonomia que não estavam tão presentes em outras mídias para o cidadão comum, além de possibilitar ao seu produtor uma liberdade para escolher, discutir e se aprofundar em assuntos e temáticas que não possuem tanta visibilidade nos meios de comunicação massivos. O podcaster se torna o protagonista (Cavalcante, 2021, p. 55)

Nos últimos anos, o consumo de *podcasts* cresceram no Brasil, segundo o Relatório *Voxnest 2020 Mid Year Report – The State of the Podcast Universe*, o país liderou o ranking de países com maior crescimento na produção de *podcasts* em 2020 e, em 2022, alcançou mais de 30 milhões de ouvintes, de acordo com dados da Statista e Ibope⁹, se consolidando como importante espaço de divulgação de informações, a partir de construções sonoras diversas, via plataformas de áudio.

Ainda, segundo a pesquisa “Podcasts e a Crescente Presença Entre Os Brasileiros” do Grupo Globo em parceria com o Ibope, que analisa a presença do podcast entre os brasileiros, a maioria dos ouvintes consomem os conteúdos sonoros enquanto desenvolvem outras atividades, o que evidencia o interesse desse grupo em se informar sem interromper outras tarefas. Outro ponto importante, é que 81% do público escuta pelo menos uma vez por semana um produto sonoro, e a principal porta de entrada na *podosfera* é o interesse por um assunto específico.

Nesse contexto de crescimento do mercado sonoro digital, os *podcasts* se destacam também como importante elemento da economia criativa, criando possibilidades de narrativas, geração de emprego e renda tanto para profissionais da área do audiovisual, como

⁹Disponível em: <https://exame.com/pop/brasil-e-o-3o-pais-que-mais-consome-podcast-no-mundo/>. Acesso em 20 nov. 2024.

roteiristas e produtores, quanto para pessoas que desejam divulgar suas ideias e propor experiências diferentes das mídias tradicionais (Santos, 2022).

Diante da facilidade que as plataformas oferecem para criação de canais de veiculação de áudio, grupos historicamente marginalizados pela sociedade e na comunicação encontram nos *podcasts* uma possibilidade de ocupação do espaço midiático, como é o caso da população negra brasileira, que por conta da estrutura racista da sociedade, sofreu com o apagamento histórico e, conseqüentemente, com a pouca representação nos veículos tradicionais.

Contudo, mesmo oferecendo um espaço mais democrático para criação de conteúdo jornalístico, ainda existe pouco espaço de visibilidade para esses grupos nas plataformas de áudio. Ao analisar a “Paradas de podcasts Brasil”¹⁰ do Spotify, dentre os 50 programas mais ouvidos na categoria “notícias”, apenas oito são apresentados exclusivamente por mulheres, são eles: “Durma com essa” (Andrea Dip e Clarissa Levy); “Não é o fim do mundo” (Nina Lemos e Jô Hallack); “Sem Censura” (Cissa Guimarães); “CNN this morning” (Kasie Hunt); “O Assunto” (Natuza Nery); “Mamilos” (Juliana Wallauer e Cris Bartis); “Roda viva” (Vera Magalhães); “Angu de Grilo” (Flávia Oliveira e Isabela Reis). Os demais programas são comandados por homens ou por uma equipe mista (homens e mulheres). Dos *podcast* citados, dois são reproduções em áudio de programas de TV – o Roda Viva e Sem Censura, e somente o “Angu de Grilo” é apresentado por mulheres negras. É importante salientar que existem diversos *podcasts* do gênero noticioso e informativo coordenados por pessoas negras, mas são caracterizados pela baixa audiência, como o caso do “Papo Preto” da Alma Preta Jornalismo.

Em outras categorias, como história, sociedade, comportamento e entretenimento, há uma diversidade de programas que debatem a temática racial ou são apresentados homens e mulheres negros, nem sempre sendo o racismo o tema central, com alta repercussão, exemplos: “História Preta”, “Projeto Querino”, “Vidas negra’s”, “Mano a Mano”, “Afetos”, “Não Inviabilize”, “Infiltradas Cast”, “Kilombas”, “Afrofuturo”, entre outros.

Logo, observando a falta de *podcasts* jornalísticos comandados por pessoas negras ocupando as melhores colocações no índice de audiência, e quando se trata de mulheres negras esse número cai mais, o “Angu de Grilo” demarca um espaço de influência e notoriedade dentro da *podosfera*, uma vez que é um dos programas noticiosos mais ouvido no Brasil, ao mesmo tempo que evidencia os preconceitos e desigualdades existentes.

¹⁰ A autora deste trabalho analisou a “Paradas de Podcasts Brasil” na data de 11 de janeiro de 2025, sendo possível haver modificações dos programas listados acima. Um anexo com o posicionamento de cada *podcast* está disponível neste trabalho.

4.1 Angu de Grilo

Lançado em 19 de agosto de 2019, primeiro ano de governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, que ficou marcado pelos ataques à imprensa e, principalmente, as jornalistas mulheres, o *podcast* “Angu de Grilo” é apresentado pelas jornalistas Flávia Oliveira e Isabela Reis, que são as criadoras e idealizadoras do formato do programa, e também mulheres negras que são mãe e filha. Nascida no bairro Irajá, zona norte do Rio de Janeiro, Flávia é Técnica em Estatística pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) e formada em jornalismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF). De origem pobre, Flávia enfatiza que a educação foi o ponto de inflexão para ascensão social e construção ideológica-cultural. Por conta da combinação dos dois cursos e pelo domínio de matemática, a jornalista iniciou sua carreira como repórter de economia do *Jornal do Commercio*, em 1992, dois anos depois entrou para o Grupo Globo, onde trabalhou *O Globo* na editorias de economia e negócios, e em 2009 começou a integrar a equipe de comentaristas fixas da *GloboNews*. Hoje, além de apresentar o *podcast*, Flávia Oliveira é colunista do *O Globo*, comentarista do *Estúdio i*, *Em Pauta* e *Jornal da Dez*, e apresentadora de um quadro na emissora de rádio *CBN RIO*.

Também carioca, Isabela Reis é formada em jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), diferente da mãe, Isabela cresceu em contexto de estabilidade financeira e de classe média, o que possibilitou que ela frequentasse escolas particulares e tivesse mais acessos em todas as áreas. A apresentadora faz questão de ressaltar que carrega consigo toda a herança da sua ancestralidade, incentivada pela criação de Flávia e a convivência com a avó. Sempre interessada pelas pautas sociais, Isabela fala que a Universidade potencializou o interesse dela pelos temas: feminismo, antirracismo, direitos fundamentais etc. Antes de se formar, a jornalista fez estágio na TV Globo, o que ao concluir o curso proporcionou a contratação definitiva para trabalhar na produção local da Globo Rio. Um tempo depois, Isabela pediu demissão porque não se identificava com a logística da cobertura local. Após sair da Globo, a apresentadora começou a se aventurar pela criação de conteúdo, como canal no YouTube, colunas em *blogs* on-line, entre outros, até se consolidar como *podcaster* e criadora independente. Isabela Reis apresenta os *podcasts* “Angu de Grilo”, “Conselhos que você pediu” e participa da *newsletter* semanal “Associação dos sem carisma”.

O *podcast* “Angu de Grilo” é postado semanalmente, às terças-feiras, e comenta, de maneira aprofundada, notícias da semana. Durante os episódios, Flávia Oliveira e Isabela Reis fazem uma análise dos acontecimentos, com foco no impacto social e intersecções do tema, de forma didática, bem humorada e humana. Com duração média de mais de uma hora, as

pautas são divididas em blocos para equilibrar o tempo entre tópicos, e ao final de todo episódio, as apresentadoras fazem um *pop-up* de acontecimentos que os ouvintes devem ficar atentos.

Disponível em 20 espaços na internet, entre plataformas de áudio e de hospedagem de *podcasts*, sendo as mais conhecidas pelo público: Spotify, Amazon Music, Apple Podcasts, Deezer, Orelo etc, ao longo desses cinco anos de atividade semanal foram lançados mais de 250 episódios, de agosto de 2019 até novembro de 2024. Nesse tempo, houve uma diversidade de temas abordados: como saúde mental durante a pandemia; vacinação; aleitamento materno; genocídio da juventude negra, regaste cultural indígena e africano, que geralmente não são pautados pela mídia hegemônica, e temas do factual do jornalismo, como eleições, questões de política interna e externa, vacinação, saúde, meio ambiente, entre outros.

Angu de Grilo é o podcast de Flávia Oliveira (@flaviaol) e Isabela Reis (@belareis). Duas mulheres, duas gerações, duas cariocas, duas jornalistas. A leveza, o bom humor, a informalidade, a intimidade dão o tom dessa conversa entre mãe e filha que comentam as notícias mais quentes da semana (Angu, on-line)

O “Angu de Grilo” nasce do consumo e interesse muito intenso das apresentadoras com o rádio, como explicam Flávia Oliveira e Isabela Reis no primeiro episódio com o título “Tá servido!”¹¹, e da relação familiar das jornalistas com a oralidade. A escolha do nome é uma homenagem à mãe de Flávia, dona Ana, que utilizava a expressão “Angu de Grilo” com frequência, o dito carrega o significado de mistura de várias coisas e elementos, e por isso representaria corretamente a linha editorial do *podcast*: ser um “guarda-chuva” para diversos temas. Pedro Varoni (2020), em artigo publicado no site *Observatório de Imprensa*¹², reflete como a escolha do ditado para nomear o programa e forma de “natural” de produção se relaciona com a ancestralidade das duas, “[...] O ambiente caseiro e a homenagem aos ancestrais fazem do Angu de Grilo um espaço de afirmação de laços comunitários e familiares e empoderamento feminino e racial.” (Imprensa, on-line, 2020).

Além disso, no episódio de abertura, as duas destacam ainda que programa vem da necessidade de espaços de jornalistas negros falarem sobre qualquer assunto, não sendo designado necessariamente à pautas raciais. Esse *modus operandi* da imprensa tradicional de definir um perfil racial para ser “setorista de negritude” é maneira de afastar os negros dos

¹¹ Disponível em:

<https://open.spotify.com/episode/1gnCIA6Pf3daFeZtF9VWnu?si=U1VtzlHwSkuJ7EFiQeEaag>. Acesso em: 04 de maio 2024

¹² Disponível em:

<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/equidade-racial/angu-de-grilo-e-locus-social-do-podcast-familiar-a-bancada-do-jn/>. Acesso em: 10 dez. 2024

espaços de debates, como evidência Yasmin Santos em ensaio publicado na revista *piauí*: “[...] Essa limitação também é um tipo de silenciamento” (*piauí*, on-line, 2019).

Outro ponto relevante para levar em consideração é o contexto político e social do lançamento do *podcast*, com estreia em 2019, o Brasil passava por um momento de transformações ideológicas: como a popularização de ideias antidemocráticas, anti-direitos sociais, e de líderes da extrema-direita e aumento da polarização política, por conta a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro em 2018. Ademais, o primeiro ano de mandato marcou a guinada anti-imprensa, com ataques a jornalistas e meios de comunicação.

Logo, o “Angu de Grilo” representa, além de uma possibilidade de fortalecer as instituições democráticas por meio da comunicação e de participação no poder decisório sobre as pautas (Moreira; Carvalho, 2020), “[...] A abertura de espaço para pluralidade de setores historicamente marginalizados constituiu um dos eixos principais de sobrevivência do próprio jornalismo” (Moreira; Carvalho, 2020, p.11).

Diante da governança editorial que a produção de um *podcast* proporciona, Flávia Oliveira e Isabela Reis deixam claro para os ouvintes que as notícias comentadas por elas atravessam os pontos de vista feminista, negro, social, ambiental, cultural etc, porque fazem parte das constituições individuais das apresentadoras. Por isso, para identificar esses enquadramentos jornalísticos, este trabalho se debruça sobre a Análise de Enquadramento de (Porto, 2004) e (Goffman, 2012) de dez episódios, ao longo desses cinco anos de publicação, do *podcast* mencionado acima.

5. MÉTODO DE ANÁLISE

Para realizar a análise deste trabalho, parte-se da hipótese de que os enquadramentos do *podcast* “Angu de Grilo” tem características diferentes da mídia hegemônica, bem como a demarcação social, histórica e cultural das apresentadoras – as duas são mães, mulheres, jornalistas e negras – influenciam na construção desses quadros. A pesquisa é realizada sob a perspectiva de que as notícias são organizadas de acordo com o contexto social e a interpretação dos fatos realizada pelos jornalistas (Porto, 2004). A partir dessa ideia, para produzir o estudo, foi utilizado o método de análise de enquadramento proposto por Porto (2004) e Soares (2006).

O conceito de “quadro”, “moldura” ou “*frame*” social foi primeiramente empregado pelas ciências sociais. Erving Goffman (2012), sociólogo estadunidense, na obra *Os quadros da experiência social*, desenvolveu uma teoria sistemática, aplicada a análise das interações sociais, para entender como a visão ou “enquadramento” contribuem para entendimento dos acontecimentos. Segundo o autor, as pessoas percebem as situações a partir de um “quadro” e essa percepção ajuda a responder a pergunta “O que é que está acontecendo aqui?”. Esses quadros funcionam como marcos interpretativos para dar sentido às coisas.

Para o autor, “[...] as definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo neles” (Goffman, 2012, p. 34). Nesse sentido, o enquadramento, como marco interpretativo, está relacionado com a dinâmica social e as subjetividades de cada indivíduo, sendo assim “a estrutura da experiência que os indivíduos têm em qualquer momento de sua vida social” (Goffman, 2012, p. 37).

Gonçalves (2005) reforça esse conceito ao dizer que:

Os enquadramentos funcionam como princípios básicos de organização das nossas experiências. Definem não só a forma como interpretamos as situações, mas também como interagimos com os outros. Estruturam, em síntese, a nossa experiência da realidade (Gonçalves, 2005, p. 158)

A partir do entendimento que os “quadros” fazem parte da construção social, pesquisadores, como Tuchman (2002 *apud* Rizzotto et al, 2016) e Entman (1993 *apud* Gonçalves, 2005), começaram a aplicar esse conceito aos estudos da comunicação, principalmente, ao jornalismo. De acordo com Porto (2004), a análise de enquadramento representou um dos paradigmas mais expressivos de investigação nos últimos anos, uma vez

que a noção de *frame* funciona “como conceito analítico do discurso jornalístico e dos seus mecanismos de produção de sentido nas sociedades contemporâneas” (Porto, 2004, p. 157). Sendo a notícia um objeto de enquadramento, já que o enfoque terá influências tanto coletivas (os meios de comunicação) quanto individuais (os jornalistas), Tuchman defende que as notícias ajudam a perceber a realidade de acordo com pontos de vista atribuídos a elas.

[...] as notícias não espelham a sociedade. Ajudam a constituir-la como um fenômeno social partilhado, dado que, no processo de descrição de um acontecimento, as notícias definem e moldam este acontecimento; tal como as histórias noticiosas interpretaram e construíram o período inicial do moderno movimento feminista, como uma atividade de ridículas incendiárias de soutiens (Tuchman, 2002, p. 92 *apud* Rizzoto et al, 2016, p. 13)

Nesse sentido, é possível entender que as notícias podem ser enquadradas a partir de perspectivas distintas, a depender de quem ou como pretende noticiar. Para Mendonça (2012), os “quadros” permitem identificar uma situação, o envolvimento dos atores, além de, de certa forma, revelar os valores e traços de um contexto social mais amplo.

Os enquadramentos da mídia [...] organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorremos às suas notícias. Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira (Gitlin, 1980, p. 7 *apud* Porto, 2004, p. 80)

No jornalismo, os “enquadramentos” são perceptíveis e entendidos de acordo com a seleção, ênfase e exclusão na organização do discurso, sendo uma forma de construir a interpretação dos fatos. Segundo Entman (1994, p. 294 *apud* Porto, 2004, p. 82):

O enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito.

Essas escolhas estão organizadas no discurso e nas mensagens dos meios de comunicação, quando essas notícias entram em contato com os receptores, elas também são enquadradas, o que permite, de forma inconsciente, uma interpretação própria da audiência.

O texto produzido pelos comunicadores, onde se imprimem os enquadramentos de forma mais ou menos consciente, manifestando-se pela presença ou ausência de determinadas palavras-chave, imagens estereotipadas, fontes de informação e frases

que promovem o reforço temático de conjuntos de ideias ou de juízos, formando uma espécie de argumento dos enquadramentos. O receptor, que na interação com o texto mobiliza os seus enquadramentos próprios – o resultado pode refletir ou não os enquadramentos do texto e a intenção de enquadramento do comunicador.” (Gonçalves, 2005, p. 163)

Diante disso, o jornalismo como parte da ecologia informacional e atividade especializada ajuda a construir marcos interpretativos para conferir sentido à realidade, e dentro do contexto social brasileiro – desigualdade de classe e gênero, racismo, sexismo, liberalismo econômico etc – o discurso ajuda a manter essa centralidade (Becker; Waltz, 2021). Becker e Waltz (2021) destacam ainda que o jornalismo funciona dentro de uma lógica comercial, de concorrência e não como uma ação filantrópica, o que evidencia que nem sempre a mensagem estará isenta de ideologias dominantes.

[...] os enquadramentos das elites são geralmente favorecidos, devido a seus recursos econômicos, à centralização da coleta de notícias em instituições e à tendência dos repórteres a atribuir maior credibilidade a fontes oficiais do que aos seus desafidores (Soares, 2006, p. 6).

5.1 Análise de enquadramento aplicada à pesquisa

Tendo em vista a definição de “enquadramento” e a relação dele com a notícia e construção de discursos que reforçam padrões sociais de desigualdade nos veículos hegemônicos, este trabalho analisa os “enquadramentos noticiosos” do *podcast* “Angu de Grilo”, tendo como ponto central o “lugar social” de Flávia Oliveira e Isabela Reis – as apresentadoras – e influência nas escolhas das pautas, enfoques, humanização do jornalismo e interesse social.

Para isso, foram selecionados dez episódios disponibilizados ao longo dos cinco anos de existência do *podcast* – de agosto de 2019 até novembro de 2024. Sendo, entre os episódios, os cinco mais ouvidos¹³, e os outros cinco para representar cada ano, ou seja, um episódio por ano, escolhidos de acordo com critérios adotados pela autora: nível de interesse público; interesse social; incentivo ao debate público; relevância e potencial reflexivo. Esses critérios são baseados nos pilares jornalísticos para construção de pautas e escolha de notícias (Traquina, 2005).

Os cinco episódios mais ouvidos são: 1º) Rio Grande do Sul, Madonna (2024); 2º) Lula, Presidente do Brasil (2022); 3º) Demissão de Silvio Almeida, epidemia (2024); 4º) Rio Grande do Sul em Colapso (2024); 5º) Morte de show, Milei presidente (2023). E os cinco

¹³ Esses eram os cinco episódios mais ouvidos na data de 17 de setembro de 2024, é possível que haja mudanças por conta do fluxo de novos lançamentos.

selecionados são: Tá servido! (2019); Exploração sobre rodas (2020); Kathlen, o sonho que não nasceu (2021); Bruno, Dom, Fome e PCC (2022); Reforma tributária (2023); PL da gravidez infantil (2024). Tendo em vista que os cinco episódios selecionados, um para representar cada ano, são de editorias diferentes, como mercado de trabalho, segurança pública, meio ambiente, economia, sociedade, entre outras.

Para estruturação do método, este trabalho utilizou as definições de enquadramentos noticiosos e interpretativos propostos por Porto (2004), bem como a sistematização proposta por Soares (2006): 1) definição do objeto; (2) observação; (3) descrição; (4) interpretação. Porto define enquadramentos noticiosos e interpretativos no jornalismo como:

Enquadramentos noticiosos são padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos. No jargão dos jornalistas, este seria o “ângulo da notícia”, o ponto de vista adotado pelo texto noticioso que destaca certos elementos de uma realidade em detrimento de outros. [...] Já os enquadramentos interpretativos operam em um nível mais específico e possuem uma independência relativa em relação aos jornalistas que os relatam. Enquadramentos interpretativos são padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento etc. (Porto, 2004, p. 91-92)

A análise é feita integrando o conteúdo quantitativo, como tempo de episódio, duração de cada bloco e repetição de palavras de intensidade, e a interpretação de cunho textual (oralidade) qualitativa. Tendo em vista que “[...] Uma análise de enquadramento das matérias jornalísticas produz dados que autorizam o autor a fazer afirmações interpretativas específicas sobre os textos analisados, suas inclinações, sua retórica implícita e representações mediáticas resultantes” (Soares, 2006, p. 13).

Para isso, foram criadas as seguintes categorias de análise: 1) Tipo de enfoque; 2) Impactos dos acontecimentos; 3) Emoções individuais das apresentadoras [ou percepções individuais]; 4) Utilização de material de apoio.

Cada categoria ajudará a compreender os enquadramentos escolhidos pelas apresentadoras. “Tipo de enfoque” representa os aspectos dos fatos destacados pelas por elas e observa se os fatos noticiados possui relação com problemas sociais, como racismo, sexismo, desigualdades, entres outros; “Impactos sociais” trata de avaliar como as notícias afetam a população na avaliação das apresentadoras; “Emoções individuais” busca avaliar se as apresentadores trouxeram marcas das percepções e vivências individuais; “Utilização de material de apoio” verifica se há indicação de material e referências a outras pesquisas e reportagens durante a análise do fatos noticiados.

Tendo em vista que os enquadramentos podem contribuir para a naturalização das desigualdades, bem como, ajudar a compreendê-las (Sarmiento, 2019). Essas categorias conseguem abranger a análise pretendida em termos demonstrar (ou não) que o “Angu de Grilo” apresenta enquadramentos diferentes da mídia hegemônica, a partir da construção de um jornalismo antirracista e contra-hegemônico. Visto que “[...] os quadros ajudam os sujeitos a se localizarem ordinariamente no mundo, nas interações cotidianas e são fundamentais para as construções midiáticas, operando na partilha de sentidos, e também de estereótipos, opressões, preconceitos" (Sarmiento, 2019, p. 113-114).

6. ANÁLISE

O *podcast* analisado neste trabalho estava rankeado entre os 50 programas mais da categoria “notícias” na parada *podcast* do Spotify¹⁴, ocupando a vigésima primeira posição, sendo o único dentre eles a ser apresentado por duas mulheres negras. Essa conjuntura social é um aspecto determinante no fazer jornalístico, o que fica evidente pelos “enquadramentos” escolhidos pelas apresentadoras para noticiar os acontecimentos da semana, tendo em vista o lugar estigmatizado das mulheres negras na sociedade brasileira e a pouca representação desse grupo nas redações jornalísticas.

O “Angu de Grilo” se apresenta como uma alternativa aos enquadramentos (*frames*) dominantes, uma vez que as duas apresentadoras deixam claro o “ponto de partida” para os ângulos dos acontecimentos que escolhem noticiar, pensando que cada fato noticioso tem impacto na população, e como afetam as pessoas a depender da classe social, gênero e raça que pertencem.

Para facilitar a análise, as categorias foram analisadas a partir dos dez episódios em conjunto, e não em blocos dos “cinco mais ouvidos” e os “cinco selecionados”.

6.1 Enquadramentos dos cinco episódios mais ouvidos

Os cinco episódios mais ouvidos podem ser categorizados nas editorias: política, meio ambiente, sociedade, entretenimento, saúde e serviço. Sendo que três dos episódios foram publicados em 2024, um em 2022 e 2023, são eles: 1º Rio Grande do Sul, Madonna (2024); 2º Lula, Presidente do Brasil (2022); 3º Demissão de Silvio Almeida, epidemia (2024); 4º Rio Grande do Sul em Colapso (2024) e 5º Morte de show, Milei presidente (2023).

Quadro 1¹⁵

OS CINCO EPISÓDIOS MAIS OUVIDOS			
Episódios	Duração do episódio	Tempo de cada bloco	Palavras mais repetidas (x vezes)

¹⁴ Esses eram os cinco episódios mais ouvidos na data de 17 de setembro de 2024, é possível que haja mudanças por conta do fluxo de novos lançamentos.

¹⁵ Para fazer a análise quantitativa, a plataforma *Pinpoint* foi utilizada para transcrição dos episódios, além do uso de Inteligência Artificial para contagem de palavras, como *Gemini* do *Google* e *Chat GPT* da *Open IA*.

1° Rio Grande do Sul, Madonna	Uma hora, 56 minutos e 51 segundos	Bloco Rio Grande do Sul (Uma hora e 18 minutos) Bloco Madonna (38 minutos e 22 segundos)	Alerta (67); Rio Grande do Sul (59); Tragédia (56); Defesa Civil (38); Chuva (62); Governo (20); Inundação (23); Madonna (23); Show (17); Estado (43); Desastre (14); Água (21); Município (21); População (23)
2° Lula, Presidente do Brasil	Uma hora, 55 minutos e 29 segundos	Bloco comentando os resultados da eleição (57 minutos e 25 segundos) Bloco discurso do Lula e manifestações públicas (25 minutos e 3 segundos) Bloco o que pode acontecer (33 minutos)	Lula (86); Bolsonaro (66); Democracia/Democratas/Democráticos (39); Brasil (62); Brasileiros (10); Eleição/Eleições (45); Vitória (16); Derrota (18); Votos (58); Governo (36); Esquerda (4); Extrema direita (3)
3° Demissão de Silvio Almeida, epidemia	Duas horas, um minuto e 45 segundos	Bloco Silvio Almeida (Uma hora, 13 minutos e 14 segundos) Bloco Bets (28 minutos e 14 segundos) Bloco Assuntos da semana (10 minutos e 49 segundos)	Assédio sexual/moral (20); Vítimas (37); Mulheres (31); Governo (22); Violência sexual/gênero (48); movimento negro (7); Direitos humanos (21); Crise (11); Apostas (18); Sociedade (10); Bets (5); Epidemia (7)
4° Rio Grande do Sul em Colapso	Duas horas, um minuto e 45 segundos	Bloco atualização sobre a tragédia (52 minutos e 14 segundos) Bloco Planos de reconstrução do estado (46 minutos e 44 segundos) Bloco Falhas de comunicação do governo do estado (22 minutos e 47 segundos)	Rio Grande do Sul (58); Doações/doar (20); Pessoas (83); Idosos (9); Abrigos (33) Tragédia (20); Água (47); Chuva (21); Cidade (20); Responsabilidade (12); Comunicação (31); Animais (27); Reconstrução (20)

5º Morte em show, Milei presidente	Duas horas, três minutos e 17 segundos	Bloco Morte de Ana Clara Benevides (45 minutos e 20 segundos) Bloco Eleições na Argentina (Uma hora e 40 segundos) Bloco Indicações Dia da Consciência Negra (17 minutos e 8 segundos)	Show (38); Morte (9); Calor (48); Segurança (9); Água (44); Taylor Swift (10); Diretos (22); Governo (26); Fã (15); Argentina (53); Milei (33); Eleições (10); Peronismo (15); Cristina Kirchner (15); Sergio Massa (38)
------------------------------------	--	--	--

Fonte: autoria própria (2025)

Todos os episódios tem em média uma hora e 40 minutos de duração, divididos em três ou dois blocos, o tempo de cada bloco é essencial para determinar o assunto que foi destaque na data de publicação. Além disso, a análise quantitativa foi determinante para observar as palavras-chave de cada programa. Segundo Soares (2006), o enquadramento se faz na repetição, focalização, associações de palavras e imagens para tornar a interpretação memorável para quem a recebe.

O episódio mais ouvido “Rio Grande do Sul, Madonna” aborda com maior amplitude a tragédia causada pelas enchentes que ocorreram no Rio Grande do Sul no primeiro semestre de 2024, com foco na responsabilização do governo estadual e importância da prevenção contra eventos climáticos extremos, já o bloco “Madonna” destacou a magnitude do evento realizado na cidade do Rio de Janeiro na mesma época da enchente.

A escolha narrativa das apresentadoras, no primeiro bloco, é caracterizada por evidenciar a negligência do governo estadual, e não apenas as perdas em decorrência do desastre, sendo o enfoque a responsabilização do estado. No início do episódio, é apresentado uma linha do tempo sobre a trajetória das chuvas e críticas a falta de comunicação do governo, que apesar dos inúmeros avisos das agências meteorológicas, as instituições responsáveis só emitiram alertas para evacuação das áreas afetadas dois dias após as primeiras inundações, nesse trecho as palavras “alerta”, “tragédia”, “chuva”, “defesa civil” e “governo” foram as mais repetidas.

[...] é para vocês entenderem que não adianta falar que ‘ah, mas foi uma chuva imensa’, não foi uma chuvinha mesmo, mas foi negligência e tem prova, você entra no site do Inmet, entra no Twitter da Metsul, entra no do Semadem. Ai você vai no site da Defesa Civil, no *Instagram* do governo do estado e tem prova dessa linha do tempo, de como eles foram negligentes com os alertas e eles têm que ser cobrados (Angu, on-line)

As apresentadoras também destacam como as desigualdades estruturantes estão relacionadas ao perfil dos mais atingidos pelas chuvas, como pobres, negros e mulheres, e introduzem os termos “racismo ambiental” e “tragédia sócio-climática”. Além disso, o trecho é complementado com análises reflexivas do acontecimento, tendo como pano de fundo a prevenção de crises e catástrofes no Brasil, o que se assemelha com o conceito de “enquadramentos interpretativos” proposto por Porto (2004).

No bloco “Madonna”, o enfoque é o simbolismo do evento para a cidade e comunidades de fãs da cantora, que são, em maioria, LGBTQIAPN+ e mulheres, uma vez que Madonna é um ícone da liberdade sexual e defesa dos direitos de minorias sociais. A narrativa é construída a partir da experiência individual de uma das apresentadoras, Flávia Oliveira, no show. Ao final do episódio, mencionam problemas como LGBTfobia, sexismo e etarismo.

Nos dois blocos os posicionamentos e emoções das apresentadoras ficam claras para quem ouve o episódio: a indignação com a tragédia, que elas classificam ao longo do episódio como “evitável”, luto pelas mortes, e emoções de felicidade e entusiasmo ao falar do show da Madonna. Além disso, elas utilizam material de apoio, como reportagens de outros veículos, dados meteorológicos e a gravação do show para embasar as análises.

O segundo mais ouvido “Lula, presidente do Brasil”, publicado em 2022, trata da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para o terceiro mandato como presidente da república e todo o episódio é dedicado a esse tema. As apresentadoras discutem a relevância do processo democrático, os desafios enfrentados para construção da chamada “frente ampla” e o impacto das eleições no cenário político nacional. As principais palavras utilizadas (“democracia”, “Lula”, “Bolsonaro” e “Brasil”) direcionam o enfoque de recuperação do estado democrático de direito com a vitória de Lula. As quase duas horas de duração são divididas em três blocos, que são dedicados a analisar os resultados, o discurso e o que pode acontecer posteriormente à vitória.

Ao longo do episódio, as apresentadoras enfatizam temas como escalada do autoritarismo, aumento da fome, violação dos direitos, a misoginia, ataques contra as mulheres, negros, LGBTQIAON+, que, entre outros grupos, contribuíram para a derrota do ex-presidente Jair Bolsonaro. E é explicitado uma visão crítica sobre os quatro anos de governo e os retrocessos alcançados.

[...] lealdade inabalável sobretudo dos identitários, medidos nas pesquisas, as mulheres não arredaram o pé, os negros nunca tiraram o pé, os os pardos nunca arredaram o pé, os pobres nunca arredaram o pé, o Nordeste nunca arredou o pé, né? Os Religiosos de matriz africana os indígenas. Os LGBTQ+ nunca arredaram pé. Foi uma vitória maiúscula de uma união das minorias ou das majorias minorizadas.

Esculachados nesses anos todos, muito esculachados, cada um de nós sabe o que passamos, de ataque de risco, de luto, de empobrecimento, de fome... (Angu, on-line)

É possível observar como as emoções individuais das apresentadoras dialogam com a notícia, em diversos momentos os lugares sociais de “mulher”, “negra”, “religiosa de matriz africana” e “jornalista” são evocados por Flávia Oliveira e Isabela Reis, que ao final do episódio, se emocionam ao relembrar as dificuldades e ataques sofridos nos anos anteriores.

O episódio que ocupa a terceira posição, “Demissão de Silvio Almeida, epidemia”, aborda as acusações de assédio sexual e moral praticados pelo ex-ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, apresentando uma linha do tempo e a construção das denúncias até a divulgação pública feita pelos jornalistas. O segundo bloco trata da epidemia de *bets* (vício em apostas on-line). Na primeira parte do programa, a notícia é enquadrada na dimensão social da denúncia e impacto para as vítimas e do acusado. Além de expor juízos de valor negativos à reação do Ministério e tentativa de desacreditização das mulheres que denunciam abusos.

[...] esse episódio trágico precisa ser analisado em várias dimensões. A primeira delas, não é essa dimensão institucional, que você está se referindo, a primeira delas é, obviamente, a dimensão pessoal dos dois indivíduos e do quanto essa denúncia afeta os envolvidos, sejam Aniele Franco, seja Silvio Almeida, ou as demais mulheres que procuraram o *Me Too Brasil*, como vítimas sem até aqui uma denúncia formal. Isso afeta a pessoa do ponto de vista emocional, as crenças, a família, a trajetória profissional. Qualquer episódio de violência de gênero, de violência sexual, em particular, marca profundamente vítimas dessa violência, ainda que o agressor, o suspeito, o pretense agressor não considere que cometeu uma violência. (Angu, on-line)

Na compreensão das apresentadoras, esse caso foi responsável pela primeira crise de cunho social do governo Lula, uma vez que envolvia dois ministros negros de pastas ligadas a agendas de garantia direitos fundamentais. Os termos mais frequentes (“violência sexual ou gênero”, “assédio”, “vítimas”, “mulheres”) endossam o enfoque dado ao tema, que é o persistência da violência sexual e de gênero do Brasil. No segundo bloco, ao comentar uma pesquisa do Instituto Locomotiva sobre apostas on-line no país, as palavras “epidemia”, “crise”, “apostas” são destacadas para enquadrar a situação como problema de saúde pública.

Ademais, o episódio apresenta análises sobre o silenciamento das vítimas de violência sexual e de gênero como dispositivo de invalidação das denúncias, bem como, sobre como os dados do crescente uso de *bets*, o vício entre jovens e impacto no orçamento das famílias de baixa renda. A narrativa interliga esses assuntos com racismo estrutural, sexismo, cultura da violência e desigualdade econômica no país. Flávia e Isabela expressam o

sentimento de indignação e luto, ao falar da dificuldade de desconstrução de imagens de pessoas admiráveis, e preocupação com o aumento de apostadores no país.

A quarta posição, entre os mais ouvidos, é ocupada pelo episódio “Rio Grande do Sul em Colapso”. Durante o programa, as apresentadoras dão continuidade ao tema das enchentes no estado gaúcho, e trazem dados mais abrangentes sobre a dimensão da tragédia, como números de mortos, desabrigados e desaparecidos. Diferente do episódio “Rio Grande do Sul, Madonna”, que o foco central é a negligência do governo estadual, este apresenta um enquadramento de serviço, com orientações para efetivar as doações.

[...] Um grande temor de que as doações, a ajuda, se concentre nesse momento de grande comoção e de cobertura jornalística muito intensa, e depois arrefeça e não dê conta das necessidades. É muito importante as pessoas, que essas doações não fiquem só nesse primeiro momento. A gente teve uma grande onda de solidariedade, que brotou dessa primeira semana de Maio, mas é importante que as pessoas se preparem o início de Junho, também fazerem uma nova onda de doação, uma nova remessa, porque tem previsão da água não baixar e das pessoas não conseguirem reiniciar ou iniciar o trabalho de reconstrução e limpeza... (Angu, on-line)

As palavras mais utilizadas ao longo das duas horas de episódio evidenciam o enquadramento escolhido, como “doações/doar”, “pessoas”, “reconstrução”, “abrigos”, entre outras. Além disso, Flávia e Isabela ressaltam a necessidade de um plano abrangente para a reconstrução das áreas afetadas, incluindo infraestrutura, moradia e serviços sociais, a partir da perspectiva da justiça social. Há apontamentos claros para as demandas de grupos marginalizados, como pessoas com deficiência, indivíduos LGBTQIAPN+ e comunidades indígenas, que são frequentemente afetados de forma desproporcional por desastres.

O quinto com mais *players*, “Morte em show, Milei presidente”, aborda a onda de calor que atingiu o Brasil em novembro de 2023, a partir do show da cantora Taylor Swift no Rio Janeiro, no qual uma fã morreu em consequência das altas temperaturas, e as eleições na Argentina com vitória do candidato Javier Milei. O enfoque escolhido, no primeiro bloco, é a falta de protocolos e medidas de segurança para lidar com o calor extremo, principalmente em eventos de grande porte. As apresentadoras fazem um paralelo sobre o aumento do calor, chuvas e frio intenso, com as mudanças climáticas, bem como apresentam críticas à “romantização do calor” pela mídia tradicional, que, com frequência, é associado às possibilidades de divertimento, ao invés de apresentarem os riscos. Ao longo do bloco, críticas são feitas à organização do show, tanto a produtora como a falta “tato” da cantora ao mencionar a morte.

[...] o calor não foi uma fatalidade. Eu acho bom a gente falar isso, porque eu vi algumas pessoas falando que “ai foi uma fatalidade” e “ah, nossa, mas quem poderia imaginar?”. E eu acho que no episódio da semana passada, a gente falou bastante sobre como a gente subestima, como a gente menospreza os riscos do calor. Várias denúncias chegaram, né? Depois que essa morte aconteceu, denúncias de que a produtora envolvida com o show teria fechado as saídas de circulação de ar e de ventilação do Engenhão para evitar que as pessoas conseguissem ver ou parte do show (Angu, on-line)

O segundo bloco discute a iminente presidência de Milei na Argentina e traz a perspectiva do correspondente internacional, Ariel Palácios, para analisar a agenda política do candidato, as propostas econômicas e o impacto na relação entre os países, em especial o Brasil. O enquadramento escolhido é de preocupação com o potencial autoritário do novo governo, aumento da pobreza e radicalização no país.

A repetição das palavras “show”, “morte”, “calor”, “direitos”, “governo”, “Argentina” ajudam a reforçar os quadros jornalísticos utilizados, e ao longo do episódio os principais sentimentos evocados são de indignação e apreensão em relação à instabilidade política na Argentina e à falta de ações para combater o aquecimento global.

Diante do exposto, a partir da ênfase, repetição e tempos, é possível observar que os episódios mais ouvidos do *podcast* seguem uma linha de enquadramento semelhante. Todos eles destacam aspectos sociais dos fatos com profundidade e reflexão sobre as implicações de cada evento, o tempo médio de cada episódio ressalta as dimensões das análises, além de poder ser uma evidência da preferência da audiência por episódios mais longos, no qual as apresentadoras expõem suas percepções e emoções sobre os acontecimentos.

6.2 Enquadramentos dos cinco episódios escolhidos

Os programas escolhidos para representar os cinco anos de produção do “Angu de Grilo” são: “Tá servido!!” (2019); “Exploração sobre rodas” (2020); “Kathlen, o sonho que não nasceu” (2021); “Bruno, Dom, Fome e PCC” (2022); “Reforma tributária” (2023) e “PL da gravidez infantil” (2024), sendo um episódio por ano, escolhidos a partir de critérios de noticiabilidade apresentados anteriormente, e abrangendo as editorias de Mercado de Trabalho, Segurança Pública e Violência Urbana, Política, Meio Ambiente, Economia e Saúde.

Quadro 2

Episódios por ano de postagem			
Episódios	Duração do episódio	Tempo de cada bloco	Palavras mais repetidas (x vezes)

2019: Tá Servido!!	43 minutos	Bloco Apresentação do podcast (43 minutos)	Família (11); Anjo de Grilo (10); Rádio (16); Mãe (33); Filha (6); Notícia (8); Mulheres (10); Isabela (22); Vida (16)
2020: Exploração sobre rodas #44 (23 junho)	42 minutos e 24 segundos	Bloco Trabalhadores por aplicativo (19 minutos e 25 segundos) Bloco Filme Spike Lee (22 minutos e 25 segundos)	Entregador (16); Aplicativos (21); precarização (2) Trabalho (20); Negros (10); Racismo (4); Guerra (15); Jovem/Jovens (12); Taxa (9); Escravidão (3); Uber (5); Ifood (4)
2021: Kathlen, o sonho que não nasceu #89 (15 junho)	51 minutos e 29 segundos	Bloco Assassinato da Kathlen (30 minutos e 24 segundos) Bloco Uso de máscaras (sete minutos e 12 segundos) Bloco Home office (13 minutos e 53 segundos)	Violência (10); Tragédia (6); Segurança (7); Racismo (4); Sonho (4); Responsabilidade (3); Kathlen (10); Farm (13); Família (19); Crime (4); Morte (5) Favela (2)
2022: Bruno, Dom, Fome e PCC	Uma hora, 23 minutos e 15 segundos	Bloco Desaparecimento de Dom e Bruno (30 minutos e 40 segundos) Bloco Dados da insegurança alimentar no Brasil (28 minutos e 54 segundos) Bloco PCC Entrevista Joel Zito (23 minutos e 41 segundos)	Violência (11); Direitos (9); Indígenas (18); Jornalistas (14); Invasão (6); Comunidades (9); Desaparecidos (5); Crime (8); Insegurança (12); Alimento (12); Fome (27); Comida (9); PCC (19); Tráfico (7); Sistema Carcerário
2023: Reforma tributária	Uma hora, 38 minutos e 55 segundos	Bloco Reforma tributária (Uma hora, 16 minutos e cinco segundos) Bloco Desabamento de prédio em Recife (Sete minutos e 45 segundos) Bloco Festival de Parintins (15 minutos e cinco segundos)	Reforma tributária ou reforma (53); Imposto (64); Cesta Básica (19); Alíquota (19); Haddad (10); Bolsonaro (21); Estados (13); Transição (8); Desigualdade (3); Desoneração (7); Pobres (8); Produtos (15); Cashback (17); Privilégio (9); Preço (8); Consumo (6) Recife (5) Parintins (12)
2024: PL da gravidez infantil	Uma hora e 50 minutos	Bloco PL da Gravidez Infantil: Retrocesso e violação dos direitos (54 minutos e 46 segundos) Bloco Jogo Político do PL (24 minutos e 34 segundos) Bloco Assuntos da semana (30 minutos e 40 segundos)	Aborto (72); Gravidez infantil (4); Vítimas (8); Meninas (12); Estupro (27); Violência (7); Saúde (23); Família (11); Governo (31); Educação (8); Mulheres (48); Legalização (6); Produção (10);

Fonte: autoria própria (2025).

Os episódios tem em média uma hora e 20 minutos de duração e também são divididos entre dois ou três blocos. Tendo em vista que o jornalismo se concretiza pela

transformação do fato social em notícia (Rizzotto, 2016), é possível observar que os episódios selecionados estão de acordo com a relevância dos temas para o debate público e com assuntos noticiáveis da época de publicação, o que implica um enquadramento ao selecionar os temas.

O primeiro episódio do “Angu de Grilo” foi selecionado para representar o ano de 2019. Neste programa, Flávia e Isabela apresentam o editorial e explicam a origem do nome do podcast, “Angu de Grilo”, uma expressão usada pela mãe de Flávia para descrever caos ou confusão, além de comentarem a história família com o rádio. Ao longo do episódio, Flávia expressa os sentimentos em relação à carreira no jornalismo e como frequentemente se sente limitada a discutir temas como racismo e desigualdade social, enquanto Isabela compartilha sua paixão por música, moda e decoração de interiores.

O enfoque é a trajetória das duas mulheres no jornalismo e na vida pessoal. O diálogo entre elas é centrado na importância da família, ancestralidade, comunicação e da liberdade, bem como também abordam temas como racismo, desigualdade de gênero, viagens, música, séries de TV, e a importância de se posicionar sobre os assuntos que são importantes para elas.

[...] Faz alguns anos que a gente ensaia, em alguma medida, eu sempre achei que eu e a Isabela tínhamos ou a nossa família, tem características muito peculiares, e que a gente poderia render um produto, digamos, de informação de notícias e de relação com as pessoas. Nós temos uma história, obviamente, de parentesco, de DNA. É pavimentada na comunicação, mas em caminhos de vidas muito diferentes, né? Duas comunicadoras convivendo na mesma casa, mas com uma sensibilidade e um ativismo que nos aproxima (Angu, on-line)

Ao analisar esse episódio, percebe-se que ele é fundamental para entender os enquadramentos e as características do fazer jornalístico das apresentadoras, visto que elas deixam claro que sensibilidade e o ativismo em relação às causas sociais estarão presentes no programa.

Para representar 2020, o episódio “Exploração sobre rodas” debate a precarização do trabalho dos entregadores de aplicativos, como a falta de vínculo empregatício, a necessidade de jornadas longas para conseguir um salário digno, e a falta de segurança e benefícios. O contexto da publicação é a pandemia Covid-19 e a crescente mobilização desses trabalhadores para garantia de direitos, além dos entregadores estarem mais expostos ao vírus e sem proteção adequada.

Os enfoques são a greve nacional de entregadores por aplicativos, precarização do trabalho e impactos do uso de aplicativos de entregas e transporte, as palavras mais utilizadas

ajudam a compreender o enquadramento escolhido, como “Entregador”, “Aplicativos”, “precarização” e “Trabalho”. Além disso, as apresentadoras demonstram apoio a paralisação e as reivindicações dos entregadores por aplicativos.

[...] a questão dos dos motociclistas e motoqueiros que fazem as entregas e que estão expostos há muito risco de saúde e de excesso de trabalho. Queria fazer vinculação desses arranjos, de relações trabalhistas, ao intenso processo de flexibilização, dos contratos, das relações de trabalho, que são também, em alguma medida, formas de escravidão contemporânea (Angu, on-line)

Flávia e Isabela interseccionam os temas debatidos com racismo, desigualdade social, mercado de trabalho para os jovens, entre outros, e enfatizam termos como escravidão contemporânea e uberização como arranjo determinante nessa modalidade de trabalho. Ao longo do episódio, as apresentadoras indicam livros, filmes e séries sobre os assuntos.

Em 2021, o episódio “Kathlen, o sonho que não nasceu” trata do assassinato de Kathlen, uma jovem grávida de 24 anos que foi baleada pela polícia no Rio de Janeiro, o caso gerou comoção e debate público na época. O enfoque dado foi a violência policial e o racismo no Brasil, segundo as apresentadoras a morte de Kathlen é um reflexo do genocídio que acontece contra a juventude negra dentro dos grandes centros urbanos.

Ao longo do programa, Flávia e Isabela expressam os sentimentos de revolta e consternação, e confrontam esses aspectos com os sonhos da juventude negra, as palavras mais repetidas são suporte aos enquadramentos escolhidos, são elas: violência, tragédia, segurança pública, racismo e sonhos. Tendo em vista esses “sonhos” são anulados por conta da brutalidade e sistema organizacional da sociedade brasileira, visto que os jovens negros de periferia são “alvos fáceis” das “balas perdidas” do Estado, balas essas que, em sua maioria, encontram corpos negros. Além disso, as apresentadoras relacionam o tema com as trajetórias pessoais.

[...] é aterrorizante pensar em duas coisas: que essa família não pode viver esse sonho, dessa criança, desse bebê, dessa nova unidade familiar, um sonho que eu passei a viver nos últimos anos. Dizer que eu me sinto realizada todos os dias de morar com o Rafael, de ter o nosso filho, de ter nossa casa, eles não poderem ter vivido isso, para mim, é especialmente doloroso! Isso é especialmente doloroso saber que um bebê não pode nascer, não pode sequer nascer. É um genocídio que acontece antes de ter nascido, da possibilidade do nascimento, é muito cruel (Angu, on-line)

É possível observar a utilização de material de apoio para fundamentar os temas debatidos no episódio, como reportagens e pesquisas.

O programa “Bruno, Dom, Fome e PCC” escolhido para representar o ano de 2022 aborda o desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Philips na Amazônia, destacando a constante violência na região e a falta de ações governamentais. O podcast também discute a crescente fome no Brasil, com exposição de dados alarmantes sobre o número de pessoas em situação de insegurança alimentar. Isabela critica o governo por não ter políticas públicas eficazes de combate à fome e destaca a importância da sociedade civil nesse combate. Por fim, o podcast faz uma análise da série "PCC: Poder Secreto" da *HBO Max*, que aborda a história da facção criminosa paulista. As apresentadoras falam da importância da série por dar voz aos protagonistas da história, incluindo ex-detentos e criminosos, e por apresentar uma visão equilibrada sobre o tema.

Os enquadramentos escolhidos são críticos, a partir das reflexões sobre a violência contra protetores do meio ambiente, ameaça aos povos originários e obstáculos do combate à fome no Brasil, sendo que as apresentadoras associam os acontecimentos com a desigualdade social, aumento do discurso de ódio e incentivo a degradação do meio ambiente. Os termos mais repetidos ajudam a demarcar esses posicionamentos: violência; direitos; indígenas; jornalistas; invasão; comunidades; desaparecidos; crime; insegurança; alimento; fome ; comida; PCC.

Tendo em vista os acontecimentos relevantes de 2023, o episódio selecionado foi o “Reforma Tributária”, que trata das mudanças de tributação aprovada após mais de 30 anos de discussão e articulação política, sendo um marco das mudanças econômicas no primeiro ano do terceiro mandato de Lula. Durante o programa, as apresentadoras falam sobre desafios políticos e econômicos e os impactos das novas formas de cobrança de impostos.

O enquadramento é de serviço, com o objetivo de explicar para audiência como a Reforma Tributária afeta a população, e elucidar de forma acessível as principais mudanças propostas do projeto.

[...] É um Marco, de fato. É importante, era uma agenda urgente do Brasil, a estrutura tributária do Brasil, que é uma emaranhado de carga alta, regras complexas, muita burocracia e muita injustiça, do ponto de vista de onerar os mais pobres e poupar os mais ricos. Sem falar do festival de desoneração, sem falar festival de guerra fiscal, que possibilitou esse sistema tributário, ele foi implementado pela Ditadura Militar, e vem ganhando um monte penduricalhos, desde então, sempre na direção de aumentar a carga e de atender apelos dos grupos mais organizados e portanto, não necessariamente, beneficiar a população brasileira, especialmente a população mais pobre (Angu, on-line)

O *podcast* também traz outras perspectivas da reforma, como a importância de políticas públicas para a equidade social e reflexões sobre desigualdades estruturais no Brasil,

sendo que, segundo as apresentadoras, as questões sociais estão profundamente entrelaçadas com os aspectos técnicos da proposta. Já que o projeto não apenas reorganiza o sistema tributário, mas também carrega implicações diretas para a vida das populações mais vulneráveis. Durante a elucidação do tema, é utilizado material de apoio para fundamentar os argumentos, e as apresentadoras deixam evidente os posicionamentos favoráveis à justiça social e tributária.

As palavras mais utilizadas contribuem para o entendimento do enfoque apresentado, são elas: reforma tributária ou reforma; imposto; cesta básica; alíquota; Haddad; Bolsonaro; Estados; transição; desigualdade; desoneração; pobres e produtos.

Por último, para representar 2024, o programa “PL da gravidez infantil” discute o polêmico Projeto de Lei nº 1904/24, que propõe criminalizar o aborto, mesmo em casos de estupro, após 22 semanas de gestação. As apresentadoras, Isabela e Flávia, expressam sua visão contrárias ao projeto de lei, argumentando que ele afeta desproporcionalmente as meninas, que são mais vulneráveis à violência sexual. Eles destacam os obstáculos existentes para acessar o aborto legal no Brasil, incluindo a falta de serviços disponíveis, o estigma em torno do aborto e a pressão de grupos religiosos.

O enfoque dado ao tema é a importância da garantia do direito ao aborto legal e seguro no país, ressaltando os direitos sexuais e reprodutivos, incluindo uma política pública abrangente de acesso à contracepção e à educação sexual.

[...] Ter o direito de decidir se elas querem ter um filho ou não, se aquele é o momento da vida, se aquele é o parceiro, é com quem você queria ter um filho, se essa é a hora da sua vida. Que ter um filho pode atrapalhar ou não os seus planos, se você tem condição de ter ou não, botar uma criança no mundo, de tentar criar uma criança nesse momento. Eu sou 200% a favor da legalização do aborto seguro para qualquer mulher, que esteja grávida e não queira mais estar. E que isso venha acompanhado de políticas públicas de educação sexual, de planejamento familiar, de acesso a métodos contraceptivos. A gente não tem nada disso. É muito triste que 10 anos depois, a gente esteja de novo discutindo um projeto de lei que cria mais um obstáculo para o acesso ao aborto em caso de estupro (Angu, on-line)

Durante o episódio, Flávia e Isabela deixam claro o posicionamento favorável e legalização do aborto, a partir do entendimento de justiça social: a necessidade de um sistema que garanta igualdade de oportunidades e proteja os mais vulneráveis. Para as apresentadoras, o problema da gravidez infantil é a manifestação de um sistema desigual que falha em proteger as pessoas mais jovens e marginalizadas. Além disso, dados sobre estupros e violência contra mulheres são utilizados para reforçar o enquadramento favorável ao aborto por parte das apresentadoras.

Outro aspecto importante é que, em comparação a mídia tradicional, na qual pautas sensíveis como o aborto são tratados de forma superficial e sem aprofundamento, sem dimensionar os impactos para as vítimas dessa violência, uma vez que essas reflexões pode esbarrar na construção religiosa brasileira, em maioria cristã, o “Angu” separa, de forma didática, o que preceito religioso e direito à saúde e segurança ao interromper uma gravidez.

As expressões mais repetidas no podcast reforçam o recorte aplicado ao tema: aborto; estupro; violência; saúde; legalização; mulheres; gravidez infantil; vítimas. A análise é centrada nos retrocessos que o PL representa para os direitos das mulheres e meninas no Brasil, bem como nos interesses políticos e a necessidade de preservar conquistas sociais em uma sociedade marcada por desigualdades de gênero, raça e classe.

Assim como os cinco episódios mais ouvidos do *podcast* selecionados para análise têm como foco principal as características sociais das notícias, destacando como a estratificação da sociedade brasileira opera e se relaciona com os fatos narrados. Para as jornalistas, não é possível separar as notícias da construção sócio-histórica brasileira, visto que é marcada por opressões de classe, raça, gênero, e pela intolerância.

6.3 Tipo de Enfoque

Diante do exposto, é possível observar que os dez episódios analisados apresentam enfoques relacionados a fatores sociais, seja pela relevância do tema, escolha dos enquadramentos ou interação com os fatos. As mulheres, negros, pobres, comunidades quilombolas e pessoas LGBTQIAPN+, entre os outras minorias sociais, são os principais elementos para construção narrativa dos episódios, visto que as notícias são estruturas a partir do impacto que geram para esses grupos. Diferentemente da mídia hegemônica, que em sua estrutura organizacional e agendamento midiático não tem cargos vitrine representados por pessoas negras, bem como, não produzem reportagens com foco nas pessoas marginalizadas, o “Angu de Grilo” quebra essa lógica jornalística, tendo como protagonistas duas jornalistas negras, e trazendo para o centro das discussões problemas estruturais da sociedade brasileira.

Os enfoques do *podcast* contribuem para desconstrução do “não ser” – conceito empregado por Sueli Carneiro em Dispositivo de Racialidade – desses grupos, que são frequentemente desumanizados em matérias jornalísticas, e relegados ao papel de subalternos, além de permitir o rompimento com o “horizonte civilizatório” ligados a padrões sociais dominantes, construindo assim um novo imaginário sobre o fazer jornalístico, uma vez que “Ao longo do tempo, a história das civilizações foi contada sob a perspectiva das classes

dominantes onde as narrativas mantinham a projeção de seus interesses, enquanto minimizavam ao máximo as representações dos grupos explorados.” (Barros *et al*, 2019, p. 6).

Tendo em vista que as notícias e a realidade social caminham lado a lado, ao enquadrar as análises dos acontecimentos com diversas perspectivas e elencar como os fatores raça, gênero e classe dialogam com o meio ambiente, o “Angu de Grilo” opta por um jornalismo que não reforça preconceitos, estereótipos, lugares de representação ligados a inferioridade, e de questionamento do *status quo*.

Um exemplo dessa escolha por um enquadramento social é o episódio mais ouvido “Rio Grande do Sul, Madonna”, nele, as apresentadoras destrincham todo o acontecimento, observam as peculiaridades dos afetados pelas chuvas e fazem duras críticas ao governo do estado e ao próprio governador, Eduardo Leite, sendo a negligência e inoperância da Defesa Civil e do governo do Rio Grande do Sul os pontos mais destacados ao longo episódio.

Outro aspecto importante para determinar que os enfoques do “Angu de Grilo” são sociais, é a introdução de conceitos pouco utilizados pela mídia tradicional, como “racismo ambiental”, “tragédia sócio-climática”, “genocídio da juventude negra”, “escravidão contemporânea”, “direito ancestral”, “tragédia climática”, “justiça social e tributária”, “desumanização”, entre outros, que ajudam a entender os princípios norteadores das análises feitas. Somente em entrepor esses termos aos fatos, o jornalismo feito pelo *podcast* tem como prática o antirracismo e a humanização, capaz entrelaçar e explicar com didatismo os impactos dos acontecimentos.

É possível também notar essas particularidades nos títulos dos episódios, o “Kethlen, o sonho que não nasceu”, deixa evidente que “o sonho”, no caso, o filho e família dessa jovem, não puderam germinar e que a vida dessa criança foi interrompida antes mesmo da oportunidade de nascer, durante o episódio, elas ressaltam que o próprio Estado não deixou esse “sonho” acontecer, por conta de uma política de segurança pública ineficaz. Outro exemplo é o “PL da gravidez infantil”, que enquadra o projeto de lei como algo que minimiza o estupro de crianças e adolescentes, já que elas são vítimas desse crime, e que o PL impede que meninas e mulheres tenham direito ao aborto seguro. Já o “Exploração sobre rodas” esclarece, na escolha do substantivo, que o trabalho dos entregadores por aplicativo é extremamente precarizado.

Além disso, assim como Flávia Oliveira e Isabela Reis são atravessadas pela interseccionalidade, por serem mulheres e negras, as notícias que são relatadas semanalmente trazem como cerne a interseccionalidade dos fatos e pautas, o que proporciona compreensões da sociedade e reflexões que são pouco presentes nas mídias tradicionais. O “Angu de Grilo”

se coloca como uma alternativa a um modelo excludente de comunicação, sendo o mecanismo de inversão paradigmas hegemônicos, como disse Gonzalez (1984, p. 235), é: “[...] exatamente essa figura para a qual se dá uma colher de chá é quem vai dar a rasteira na raça dominante”.

6.4 Impactos dos acontecimentos

Apesar de seguir os parâmetros do *agenda setting* (Pena, 2007), ao pautar os fatos mais importantes e de destaque na mídia, e o *newsmaking* (Pena, 2007) para construção das notícias, o *podcast* “Angu de Grilo” difunde percepções diferentes dos acontecimentos quando comparado à mídia hegemônica, sendo o foco, as pessoas impactadas diretamente ou de forma implícita por eles. Com a análise dos conteúdos dos episódios, foi possível perceber que as apresentadoras têm um olhar crítico sobre como as pautas afetam a ponta, ou seja, os grupos marginalizados e menos favorecidos.

O episódio “Reforma Tributária”, publicado em 2023, demonstra esses aspectos. Nele, é explicado os principais pontos da Reforma a partir de três tópicos: cesta básica nacional, isenção total impostos para produtos alimentícios integrantes dessa lista; *cashback*, o devolução dos tributos arrecadados para pessoas de baixa renda; e Imposto Seletivo, uma carga tributária maior para produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Com o episódio, os ouvintes podem compreender que os produtos de consumo diário, que são base da alimentação brasileira, serão mais baratos do que outros, e conseqüentemente, gerando um impacto positivo sobre quem recebe menos dinheiro.

Com enquadramento nos impactos dos acontecimentos, o “Angu de Grilo” faz um movimento de contra-hegemonia ao apresentar ângulos mais aprofundados das notícias, em relação a superficialidade que, muitas vezes, os veículos de comunicação tradicionais acabam reproduzindo, por conta das rotinas produtivas ligadas ao imediatismo e *hard news*. Diante disso, por ter publicação semanal, o “Angu” consegue refletir sobre o impacto social, político e econômico dos acontecimentos.

Outro ponto importante, é que mesmo quando o impacto social não parece ser evidente, as apresentadoras norteiam a análise das notícias para isso, um exemplo disso é o episódio “Demissão de Silvío Almeida, epidemia”, publicado em 2024, no qual a construção narrativa poderia ter sido centralizada na perspectiva de “crise ministerial” do governo, contudo, Flávia Oliveira e Isabela Reis destacam como essa questão reflete uma estrutura social de silenciamento de mulheres vítimas de abusos, sejam eles morais ou físicos. Além disso, elas ressaltam que o peso das críticas sempre recai sobre as mulheres, e com mais

dureza e insensibilidade se forem mulheres negras, já que a credibilidade da denúncia das vítimas é questionada diversas vezes.

Sendo assim, o “Angu de Grilo”, por não oferecer uma simples descrição dos fatos e explorar como eles afetam a vida das pessoas, cumpre de forma crucial a função social do jornalismo. Tendo em vista que as notícias ajudam a conscientizar o público, a escolha narrativa do *podcast* pode inspirar mudanças de comportamento, debates, mobilizações da sociedade e a pressionar o Estado para a garantia do bem-estar.

6.5 Emoções individuais das apresentadoras

Tendo em vista que as notícias não são neutras, uma vez que elas passam por processo de seleção, ênfase, escrita e enquadramento, atravessados pelas percepções dos jornalistas e empresas de comunicação (Pena, 2007), Flávia Oliveira e Isabela deixam evidente para os ouvintes as emoções e opiniões sobre os acontecimentos narrados. Não são raros os episódios em que Flávia Oliveira chora ao falar sobre um fato de impacto social. Um exemplo é “Rio Grande do Sul em colapso”, publicado em 2024. Ao falar sobre a reconstrução da cidade e volta à normalidade das pessoas afetadas pelas enchentes, ela se emocionou diversas vezes. Isabela Reis também expõe seus sentimentos, no episódio “PL da gravidez infantil”, publicado em 2024. Ela repete em diversos momentos que está “arrasada” com o retrocesso que o projeto de lei simboliza para as mulheres. Outro exemplo é “Kathlen, o sonho que não nasceu”, publicado em 2021, no qual a apresentadora traz a experiência de mãe para dimensionar o tamanho dessa tragédia, em que mãe e filho foram assassinados pelo Estado que deveria lhes proteger.

Diante disso, é importante compreender que na atividade jornalística, a relação entre o fato e as formas de comunicação não se separam em nenhum momento, uma vez que desempenham um papel crucial de influência na narrativa e na recepção do público, não sendo as emoções um obstáculo à boa prática, se bem administrada, não interferem na busca pela ética, objetividade e precisão das notícias. No “Angu de Grilo”, as emoções das jornalistas enriquecem as reflexões e ajudam a conectar, com autenticidade, o público.

A mídia constrói uma imagem fragmentada do espaço público, ao publicar apenas determinados fatos. [...] No jornalismo, a escolha por determinados elementos para colocar na reportagem é uma das etapas da construção desse sentido. A visão do repórter, assim como suas crenças e valores, sem dúvidas, também tem influência nesse processo. [...] Mas não é só o que é dito que tem influência. O silêncio também nos fala e deixa sua mensagem,

algumas vezes até mais forte que as palavras declaradas (Silva, 2016, p. 63-65).

Além disso, ao se colocar no lugar do outro, a empatia do profissional humaniza as notícias, que muitas vezes, seguem um processo burocrático de veiculação. Ao transmitirem os sentimentos, Flávia Oliveira e Isabela Reis, conseguem explicar a complexidade das situações e humanizam os envolvidos, evitando assim, a banalização do sofrimento, uma vez que a interseccionalidade das notícias são o ponto de partida das apresentadoras. Como duas mulheres negras que são mãe e filha, as interpretações dos fatos sociais têm características distintas das mídias hegemônicas, visto que os profissionais são, em maioria, brancos, e homens em cargos de chefia.

Portanto, demonstrar emoções não significa abandonar os preceitos jornalísticos, mas sim reconhecer que a sensibilidade é fundamental para construir as notícias que respeitem as dimensões específicas dos acontecimentos, a diversidade e a dignidade dos indivíduos.

6.6 Utilização de material de apoio

Outro aspecto importante da construção jornalística do *podcast* “Angu de Grilo”, é a utilização de material de apoio para fundamentar as análises dos fatos. Durante a análise, é possível perceber que apenas um episódio, o “Tá Servido!!”, publicado em 2019, não há referência a outras fontes, o que se justifica por ser uma apresentação dos princípios do programa.

O uso de material de apoio contribui para os argumentos e reflexões feitas, uma vez que, muitas vezes, o jornalismo factual, ao se prender as notícias declaratórias e a fontes oficiais, ou seja, um jornalismo baseado unicamente na declaração de uma fonte oficial, não busca uma apuração mais aprofundada que considere outras fontes (Oliveria, 2020). Ao trazer pesquisas, reportagens de outros veículos de comunicação, livros, documentários e especialistas, Flávia Oliveira e Isabela Reis conseguem explicar a complexidade dos acontecimentos.

Nessa lógica, entende-se que a construção do sentido na narrativa jornalística é influenciada, entre outros aspectos, pelo o que é dito, o que passa pela seleção das fontes, mas também pelo o que não é dito, ou seja, pela ausência das vozes que são silenciadas. O jornalismo que tem como função contar a história e, consequentemente, é responsável por moldar a realidade coletiva e individual (Sasso, 2019), por meio da escolha e representação de

um recorte temático, ao se apoiar numa ideia de neutralidade, muitas vezes, não esclarece o fato.

6.7 Enquadramentos e contra-enquadramentos

Diante dos episódios analisados, o “Angu de Grilo” representa um contraponto a modelos tradicionais, sendo uma iniciativa jornalística que apresenta alternativa aos enquadramentos (*frames*) e ao discurso fabricado pelas forças que detêm o poder econômico e político da sociedade, produzindo novas narrativas, em que as pessoas antes silenciadas são colocadas na posição de narradoras de suas próprias vivências e questões. Como disse Lélia Gonzalez (1984, p. 225): agora “o lixo vai falar, e numa boa!”.

Segundo Azevedo (2021), os contra-enquadramentos (*frames*) são construídos a partir da linguagem e apresentação de novas perspectivas, e servem para alterar opiniões e atitudes pré concebidas a respeito de temas sociais complexos.

Os contra-frames possuem potencial para reenquadrar discursivamente os acontecimentos, porque seu *modus operandi* não se resume a negar um frame prévio e/ou dominante para, em seguida, ser percebido ou reforçado pela audiência. A constituição dos contra-frames é, ao contrário, bastante mais complexa, pois envolve mecanismos forjados simultaneamente pela mídia e pela audiência, resultando em diferentes frames associados a pacotes de interpretação específicos que podem manter ou reconstruir a realidade por meio dos discursos jornalísticos. (AZEVEDO, p.14, 2021)

Em todos os episódios avaliados, as apresentadoras interseccionam os temas aos problemas sociais, visto que a interseccionalidade, segundo Davis (2016) e Collins (2021), ajuda a compreender a profundidade das opressões sociais. Além disso, ao expor as subjetividades e interpretações das notícias, o *podcast* demarca o lugar do jornalismo como construtor de reflexões e ideologias, tendo em vista “a rede montada para garantir o processo de produção de notícias constitui um elemento determinante na construção social da realidade” (Gonçalves, 2005, p. 159). Porto (2004, p. 76), reforça essa ideia ao dizer que o “conteúdo da mídia pode desempenhar um papel político e ideológico importante, não apenas quando existe ou falta ‘objetividade’ e/ou ‘imparcialidade’, mas também quando este conteúdo é produzido a partir de uma matriz ideológica limitada”. Nesse sentido, o que é considerado “parcialidade jornalística” pode ser entendido como uma contraposição a uma ideia dominante ou limitada.

Além disso, ao colocar o negro como protagonista das diversas narrativas e fatos noticiáveis, o *podcast* desempenha o papel do jornalismo antirracista e decolonial, tendo em

vista a decolonialidade como “uma alternativa ao pensamento moderno e ao capitalismo, um eixo de enfrentamento à colonialidade, uma possibilidade de resistência aos padrões eurocêntricos e a busca pela autonomia não apenas de indivíduos, mas acima de tudo de grupos — como negros, indígenas, mulheres, pessoas LGBTQIAP+, entre outros (Andrade; Veloso. 2023, p. 171).

A construção dos novos enquadramentos ou contra-enquadramentos em relação a mídia hegemônica se dá a partir de não somente evidenciar o protagonismo de grupos sociais minorizados, bem como apresentar análises reflexivas sobre os fatos sociais e pensar soluções para problemas estruturais complexos. No caso do “Angu de Grilo”, os dez episódios analisados trazem ângulos que, possivelmente, são pouco utilizados pela mídia tradicional, como notícias explicadas e associadas a conceitos de racismo ambiental, genocídio da juventude negra, justiça social e tributária, escravidão contemporânea, legalização do aborto, entre outros.

Nesse sentido, é possível perceber que quanto mais os temas enquadrados tem características sociais, maior será o tempo dedicado ao assunto nos episódios e blocos, além da relação com o interesse do público nos assuntos na data de publicação. Outro aspecto que vale ressaltar é que, na maioria dos episódios analisados, há indicação ou utilização de material de apoio, sejam livros, reportagens, pesquisas, documentários etc.

Por isso, diante do exposto, é possível inferir que o “Angu de Grilo” auxilia na democratização do jornalismo e na desconstrução de preceitos dominantes, no sentido de apresentar outras perspectivas dos fatos noticiáveis, e na proposição e prática de uma jornalismo contra-hegemônico – tendo em vista que a oralidade, por meio do *podcast*, permite a Flávia Oliveira e Isabela Reis ecoarem as *escrevivências*¹⁶, ao dizerem que o lugar social que ocupam importa, bem como o exercício responsável da profissão. Como Andrade e Veloso (data, p. 178) ressaltam, “Pensar as mídias negras e sua prática de jornalismo antirracista e decolonial é ver a comunicação como ferramenta de resistência”.

¹⁶ O conceito de “escrevivência” foi criado pela autora Conceição Evaristo e significa que a escrita nasce do cotidiano, das lembranças, da experiência de vida da própria autora e do seu povo, contribuindo para a reflexão das pessoas. Aplicado ao jornalismo, a “escrevivência” segue o mesmo princípio, interpretar os fatos sociais a partir do cotidiano, interseccionalidade dos temas e a experiência dos próprios jornalistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender os enquadramentos e contra-enquadramentos do *podcast* “Angu de Grilo”, a partir da relação das notícias com os características e estruturas sociais, permeadas pelo racismo, sexismo, classicismo, entre outros. E como, ao pautar os acontecimentos, as apresentadoras relacionam esses elementos para interpretação das notícias.

O *podcast* “Angu de Grilo” é o único entre a lista dos mais ouvidos da categoria notícias, na data de verificação, apresentado por duas jornalistas negras. Essa característica é um ponto balizador para a construção dos enquadramentos do programa, que são sociais e pensam a notícias a partir da interseccionalidade dos temas. Problemas sociais, como racismo, machismo, sexismo, desigualdade, entre outras, estão sempre presentes na análise dos acontecimentos.

Ao destacar com notícias se relacionam com as opressões históricas da sociedade brasileira, o “Angu de Grilo” rompe com “pactos” de normalidade social impostos pelas classes dominantes, bem como se coloca como mídia e imprensa negra, como explicou Bento (2022, p. 18): “as formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas”. Ou seja, os meios de comunicação hegemônicos, ao não destacarem ou silenciar aspectos das notícias que envolvam questões sociais, ajudam a reforçar estereótipos e discriminações.

Além disso, a internet proporcionou a criação e circulação de teias comunicacionais que tem como foco e enquadramento das pautas o recorte de raça, gênero e classe, produzindo reflexões amplas das notícias através do jornalismo. Como destaca Barros (2019, p. 2): “Muitas dessas plataformas, hoje, são o principal meio de empoderamento da população negra, e tem sido o principal meio de protagonismo no sentido de construir plataformas com narrativas e pautas focadas na vivência do povo negro”.

As apresentadoras também rompem com a neurose cultural brasileira (Gonzalez, 1984), ao colocarem as experiências individuais na percepção dos fatos noticiáveis, bem como, fazem um processo de contra-hegemonia no jornalismo brasileiro, ao colocar o protagonismo negro e feminino como centro das discussões, que geralmente, é relatado a partir de uma ótica branca e masculina.

A humanização e reflexões alicerçadas nos impactos sociais das notícias proporciona que os ouvintes não fiquem relegados apenas a superficialidade dos fatos, muitas vezes, característicos da mídia hegemônica, e tenham acesso a aprofundamentos que podem

incentivar o questionamento do *status quo* e debate público, uma vez que todos os episódios têm em comum um potencial questionador das violências e opressões.

Outro ponto importante é que a análise deste trabalho é direcionada a um produto de comunicação muito específico, o que permitiu entender o enquadramento do *podcast* “Angu de Grilo”. Para trabalhos futuros, seria interessante uma análise comparativa de enquadramento, entre um veículo tradicional de comunicação e o “Angu de Grilo” para pontuar as principais diferenças e características dos enquadramentos de meios de comunicação distintos.

Dessa forma, pode-se concluir que o *podcast* “Angu de Grilo” apresenta um contra-enquadramento em relação a mídia hegemônica, uma vez que as notícias são permeadas *frames* que atuam simbolicamente para estruturar o entendimento do fato social (Azevedo, 2021). Os *contra-frames* podem contribuir para a desconstrução de preconceitos e tensionar a sociedade para questionar a estrutura da sociedade brasileira, que é racista, sexista e classista. Além disso, o “Angu de Grilo” não só parte conceitos como antirracismo e interseccionalidade, como os têm como parte fundamental da prática jornalística.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2019.

AMARAL, Márcia Franz. Lugares de Fala: um conceito para abordar o segmento popular da grande imprensa. **Contracampo**, Niterói, n. 12, p. 103-114, jul. 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17388>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ANDRADE, Alice de Oliveira; VELOSO, Maria do Socorro Furtado. Que o giro se faça roda: o jornalismo antirracista das mídias negras como movimento circular e decolonial. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2023. DOI: 10.5212/RevistaPautaGera.v.10.21880. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/21880>. Acesso em: 4 fev. 2025.

ANGU de Grilo. [Locução de:] Flávia Oliveira e Isabela Reis. 2019-2024. **Podcast**. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/15cLy4mn3GjaiuHF3WB5np>. Acesso em jun. de 2024.

ARAÚJO, Valmir Teixeira de. O papel da imprensa negra brasileira. **Revista Alterjor**, São Paulo, Brasil, v. 20, n. 2, p. 212–228, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/157190>. Acesso em: 13 nov. 2024.

ARAÚJO, Valmir Teixeira. Imprensa Negra Brasileira na Internet. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO 40º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Intercom, 2017. v. 40, p. 1-15. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2647-1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

ÁLVARO, Mirla Cisne; ARAÚJO, Nayra da Silva. Colonialidade e violência contra as mulheres negras no Brasil: uma análise feminista decolonial. **Tensões Mundiais: Edição Temática: Mulheres e Nação**, Fortaleza, v. 17, n. 33, p. 349-370, ago. 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/2789>. Acesso em: 10 nov. 2024.

AZEVEDO, Nisia Alejandra Rizzo de. O contra-frame como operador de análise de enquadramento. In: ANAIS DO 19º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2021, Brasília. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2021. Disponível em: <https://proceedings.science/encontros-sbpjor/sbpjor-2021/trabalhos/o-contra-frame-como-operador-de-analise-de-enquadramento?lang=pt-br>. Acesso em: 10 out. 2024.

BARROS, Mônica Suelem Gonsalo et al. Comunicação Popular E Mídia Antirracista: o papel das plataformas online no empoderamento do povo negro. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 21., 2019, São Luís. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. São Luís: Intercom, 2019. p. 1-13. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2019/resumos/R67-1093-1.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2024.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BECKER, Beatriz; WALTZ, Igor. O Impeachment De Dilma No G1 E No Nexo: Da Vocação À Padronização Do Jornalismo. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 20, n. 36, 2021. DOI: 10.55738/alaic.v20i36.695. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/695>. Acesso em: 19 jan. 2025.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p.18.

BILGE, Sirma; COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

BONINI, Tiziano. A “segunda era” do podcasting: reenquadrando o podcasting como um novo meio digital massivo. Tradução: Marcelo Kischinhevsky. **Radiofonias — Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 11, n. 01, p. 13-32, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/radiofonias/article/view/4315/3404/>. Acesso em: 06 jul. 2024.

BRASIL, 1888. Lei nº 3353, de 13 de maio de 1888. DECLARA EXTINTA A ESCRAVIDÃO NO BRASIL. **Lei**. Rio de Janeiro, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

BUFARAH JUNIOR, A. Podcast e as novas possibilidades de monetização na radiodifusão. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, v. 11, n. 1, 3 jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/radiofonias/article/view/4316/>. Acesso em: 10 out. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero:: feminismo e subversão da identidade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. São Paulo: Zahar, 2023.

CAVALCANTE, Aldenora Teófilo Vieira Santos. Enegrecendo a pauta: mulheres negras, afeto e resistência na podosfera brasileira. 2021. 173 f. **Dissertação (Mestrado)** - Curso de Comunicação, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2021. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/134772/2/482280.pdf>. Acesso em: 01 maio 2024.

DA ROSA, Isabel Cristina Clavelin. Imprensa Negra: descobertas para o Jornalismo brasileiro. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 555-568, 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

EXAME, Revista (org.). **Brasil é o 3º país que mais consome podcast no mundo**. 2022. Elaborado: Isabela Rovaroto. Disponível em: <https://exame.com/pop/brasil-e-o-3o-pais-que-mais-consume-podcast-no-mundo/>. Acesso em: 06 jan. 2024.

FERRARA, Miriam Nicolau. A imprensa negra paulista (1915/1963). **Revista Brasileira de História**, v. 5, n. 10, p. 197-207, 1985. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/download/1243471545_ARQUIVO_miriamferrara.pdf. Acesso em: 30 nov. 2024.

GELEDÉS (orga.). Mulher Negra. **Cadernos Geledés: Instituto da Mulher Negra**, São Paulo, p. 1-41, nov. 1993. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2024.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

GONÇALVES, Telmo. A abordagem do enquadramento nos estudos do jornalismo. **Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura**, 2005. p. 157-167. Disponível em: <https://research.ulusofona.pt/en/publications/a-abordagem-do-enquadramento-nos-estudos-do-jornalismo-8>. Acesso em 01 jan. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Rio de Janeiro, Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em 20 out. 2024.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/22005-censo-2022-o-retrato-atualizado-do-brasil.html>. Acesso em: 20 nov. 2024.

IBOPE para Pesquisa Globo Podcast. **Podcasts e a Crescente Presença Entre Os Brasileiros**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://gente.globo.com/pesquisa-infografico-podcasts-e-a-crescente-presenca-entre-os-brasileiros/>. Acesso em: 01 de junho de 2024.

IMPrensa, Observatório da (org.). “**Angu de grilo” e locus social: do podcast familiar à bancada do JN. 2020**. Elaborado: Pedro Varoni. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/equidade-racial/angu-de-grilo-e-locus-social-do-podcast-familiar-a-bancada-do-jn/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

INTERVOZES (org.). **Monitoramento da Propriedade de Mídia no Brasil. 2017**. Disponível em: <https://brazil.mom-gmr.org/en/findings/indicators/#!9fed61067e34232006ff7dcd0ed479d0/>. Acesso em: 06 jul. 2024.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?** São Paulo: Rosa dos Tempos, 2019.

JORNALISMO, Alma Preta (org.). **Manual de Redação: o jornalismo antirracista a partir da experiência da alma preta**. São Paulo: Ibirapitanga, 2023. Disponível em: <https://almapreta.com.br/images/2023/11/manual-de-redacao-o-jornalismo-antirracista-a-partir-da-experiencia-da-alma-preta.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

LELO, Thales Vilela. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feminista**, Divinópolis, v. 27, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/CX9nYFhxhJZXYqcgXcDNBQS/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 01 jan. 2025.

LIMA, Samuel Pantoja (Coord. Geral); Jacques Mick... [et al.]. **O Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho**. 1. ed. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022. Disponível em: <https://perfildojornalista.ufsc.br/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, p. 187-201, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ptZ9Qp9Qn7n7PdZDJZZXv3L/?lang=pt>. Acesso em: 01 jan. 2025.

MOLINA, Matías M. **Histórias dos jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500-1840)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOREIRA, Fernando; CARVALHO, Pedro Henrique Varoni de. DIVERSIDADE E EQUIDADE NA GOVERNANÇA EDITORIAL DO JORNALISMO: a inclusão como credibilidade. **Revista Observatório**, Palmas, v. 6, n. 5, p. 1-19, ago. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Fernando-Moreira-22/publication/347551162_Diversidade_e_equidade_na_governanca_editorial_do_jornalismo_a_inclusao_como_credibilidade/link/s5fe1a2b292851c13fead8bce/Diversidade-e-equidade-na-governanca-editorial-do-jornalismo-a-inclusao-como-credibilidade.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. A Racialização Nas Entrelinhas Da Imprensa Negra: o caso o exemplo e a alvorada 1920-1935. 2017. 149 f. **Dissertação (Mestrado)** - Curso de História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017. Disponível em: https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/4178/%c3%82ngela_Pereira_Oliveira_Disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 30 nov. 2024.

OLIVEIRA, Felipe Moura de; NICKEL, Barbara; KALSING, Janaína. A notícia contada, explicada e conversada: colaboração e mediação no jornalismo praticado em podcast no Brasil. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**. São Leopoldo, RS. Vol. 22, n. 3 (set./dez. 2020), p. 148-160, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/278480/>. Acesso em: 10 out. 2024.

OLIVEIRA, Israel Dias de. **Jornalismo declaratório**. São Paulo: Editora Casa Flutuante, 2020.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. 2ª edição, São Paulo: Contexto, 2007.

PEIXOTO, Clarissa do Nascimento. **Hegemonia, Jornalismo e Conhecimento**: possíveis leituras sobre práxis contra-hegemônica. 2019. 143 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214492>. Acesso em: 18 set. 2024.

PIAUÍ, Revista. **Letra Preta**. 2019. Elaborado: Yasmin Santos. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/letra-preta/>. Acesso em: 1 jan. 2025.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)**. 2006. 197 f. Dissertação (Mestrado em História)-Departamento de História- Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/6432>. Acesso em 10 out. 2024.

POELL, Thomas; VAN DIJCK, Nieborg David; , José. Plataformização. **Revista Fronteiras**, São Leopoldo, v. 22, n. 1, 2020. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7938480/mod_resource/content/1/VAN%20DIJCK%20Plataformiza%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em 10 nov. 2024.

PONTES, Felipe Simão. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras, Brasília, v. 20, n. 1. In: **E-Compós**. 2017. Disponível em: <https://e-compos.org.br/e-compos/article/view/1310>. Acesso em: 01 jan. 2025.

PORTO, Mauro Pereira. Enquadramentos da Mídia e Política. In: ALBINO, Antonio *et al* (org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba e Editora Unesp, 2004. p. 73-104. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/134/4/Comunicao-Politica_RI.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Jandaíra, 2019. (Feminismos Plurais).

RIBEIRO, Djamila. Prefácio. In: DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 19-21.

RIZZOTTO, Carla Candida; FONTES, Giulia Sbaraini; FERRACIOLI, Paulo. As molduras possíveis para o Petrolão: uma análise de enquadramento de Carta Capital e Veja. **Verso e Reverso**, v. 30, n. 73, 2016. Disponível em: doi: 10.4013/ver.2016.30.73.02. Acesso em: 01 jan. 2025.

ROCHA, Paula Melani; WOITOWICZ, Karina Janz. O processo de feminização do jornalismo: da invisibilidade às mudanças no mercado profissional. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**. Anais... Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499277935_ARQUIVO_ArtigoFazendoGenero2017.pdf. Acesso em 01 jan. 2025

SANTANA, Bruna da Paixão; SILVA, Everton Melo da; ANGELIM, Yanne. Negro(a)s na mídia brasileira: estereótipos e discriminação ao longo da formação social brasileira. **Dossiê**, São Paulo, v. 22, n. 40, p. 52-66, jun. 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/download/46651/31119#:~:text=Al%C3%A9m%20desses%20que%20totalizam%20mais,o%20preconceito%20e%20o%20racismo..> Acesso em: 10 nov. 2024.

SANTOS, Karoline de Macedo. **A podosfera em movimento: perspectivas da economia criativa no brasil por meio de podcasts**. 2022. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/243624>. Acesso em: 01 maio 2024.

SARMENTO, Rayza. Análise de enquadramento e epistemologia feminista: discutindo implicações metodológicas. **Revista Teoria & Pesquisa**, v. 28, n. 3, p. 97-117, 2019. Disponível em:

https://www.academia.edu/download/63339184/Sarmiento_2019.TeoriaePesquisa.Enquadramento20200517-25104-j5pupo.pdf. Acesso em: 01 de jan. 2025

SASSO, Nathalia Nunes. **Narrativa contra-hegemônica no jornalismo**: uma análise discursiva da reportagem Escravos do Ouro da ONG Repórter Brasil. 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/200326>. Acesso em: 20 nov. 2024

SILVA, Márcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. 2010. 247 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Informação, Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25629/000753018.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SILVA, Valéria Sinésio da. **O lugar do crime no jornal**: uma análise da cobertura policial do jornal da paraíba. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Jornalismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <http://www.ccta.ufpb.br/ppj/contents/documentos/dissertacoes-2016/dissertacao-valeria-sinesio.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.

SOARES, Murilo Cesar. Análise de Enquadramento. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 450-465. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/61838785/348542138-SOARES-2015-Analise-de-Enquadramento20200120-52654-17vdumv.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

SOUZA, Gabriela Marinho de. **Informação étnico-racial disseminada pelo podcast: uma análise do canal vidas negras importam**. 2022. 66 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/21969/3/TCCG%20-%20Biblioteconomia%20-%20Gabriela%20Marinho%20de%20Souza%20-%202022.pdf>. Acesso em: 01 maio 2024

VIANA, Luana; CHAGAS, Luã José Vaz. Categorização de podcasts no Brasil: uma proposta baseada em eixos estruturais a partir de um panorama histórico. **Anais do XIII Encontro Nacional de História da Mídia, Juiz de Fora**, 2021. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/88071541/CATEGORIZACAO.pdf/>. Acesso em: 10 nov. 2024

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** - Vol. 1. 2ª edição. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2020.

Anexo 1

Paradas de podcasts



Português ▾

Parada de podcasts

Atualizado diariamente, apenas no Spotify.

 Brasil ▾

Notícias ▾



1

NOTÍCIAS

the news 

WAFFLE 

▾



2

NOTÍCIAS

Café da Manhã

SPOTIFY STUDIOS

▾



3

NOTÍCIAS

O Assunto

G1

▾



4

NOTÍCIAS

Resumão Diário

G1

▾

59

Paradas de podcasts



Português ▾



6 **Petit Journal**
PETIT JOURNAL



NOTÍCIAS
7 **Foro de Teresina**
PIAUÍ



NOTÍCIAS
8 **Calma Urgente**
CALMA URGENTE



NOTÍCIAS
9 **Mamilos**
B9



NOTÍCIAS
10 **Boletim Folha**
FOLHA DE S.PAULO



NOTÍCIAS
11 **A Hora**
UOL



NOTÍCIAS
12 **Morning Call**
XP INVESTIMENTOS



NOTÍCIAS
13 **UOL Prime**
UOL



NOTÍCIAS
14 **ICL Notícias**
ICL NOTÍCIAS



NOTÍCIAS
15 **Medo e Delírio em Brasília**
CENTRAL 3 PODCASTS



Paradas de podcasts



Português ▾



17 Global News Podcast

BBC WORLD SERVICE



18 Mundo em 180 segundos

NOTÍCIAS

MUNDO EM 180 SEGUNDOS



19 Panorama CBN

NOTÍCIAS

CBN



20 Xadrez Verbal

NOTÍCIAS

CENTRAL 3 PODCASTS



21 Angu de Grilo

NOTÍCIAS

ANGU DE GRILO



22 Visão com Samy Dana

NOTÍCIAS

G4 EDUCAÇÃO



23 Giro CBN

NOTÍCIAS

CBN



24 Durma com essa

NOTÍCIAS

NEXO JORNAL



25 CBN Primeiras Notícias - Frederico Goulart

NOTÍCIAS

CBN



26 Alexandre Garcia - Vozes - Gazeta do Povo

NOTÍCIAS

GAZETA DO POVO



Paradas de podcasts



Português ▾



28 **Pauta Pública**

AGÊNCIA PÚBLICA



29 **Não é o fim do mundo**

NÃO É O FIM DO MUNDO



30 **O Padrinho Podcast**

LÁSARO DO CARMO JUNIOR



31 **Sem Censura**

EBC



32 **Me conte uma fofoca**

ME CONTE UMA FOFOCA



33

WW – William Waack

CNN BRASIL



34 **Fernando Ulrich**

FERNANDO ULRICH



35 **lawletter**

LAWLETTER



36

CNN This Morning

CNN



37 **123 Segundos**

SPOTIFY STUDIOS & BANDNEWS FM



Paradas de podcasts



Português ▾



39 New Balls Please!
NEW BALLS PLEASE! PODCAST



40 #Provocast
NOTÍCIAS
TV CULTURA



41 Jovem Pan Top News
NOTÍCIAS
JOVEM PAN NEWS



42 RivoNews
NOTÍCIAS
RIVOSTUDIO



43 Podcast Canaltech
NOTÍCIAS
CANALTECH



44 Revista Oeste
NOTÍCIAS
REVISTA OESTE



45 Superior Tribunal de Justiça
NOTÍCIAS
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA



46 MBLiveTV - O Podcast do MBL
NOTÍCIAS
MBL - MOVIMENTO BRASIL LIVRE



47 BandNews em 2 Minutos
NOTÍCIAS
BANDNEWS



48 Backstage
NOTÍCIAS
EAGLE TRINDADE



Paradas de podcasts



Português ▾



50 Journal en français facile

FRANÇAIS FACILE - RFI



Sobre

Bem-vindo ao seu guia diário de podcasts populares no Spotify. Se você não se cansa deles (como o episódio do TED Talks Daily do cara que se recusa a acreditar que exista um molho de macarrão perfeito), ou está ouvindo pela primeira vez, você veio ao lugar certo. As paradas de podcasts refletem o que as pessoas de todo o mundo estão curtindo. Você também encontra a curadoria de editores com podcasts engraçados, culturalmente relevantes ou simplesmente bizarros, todos os meses. Você não vai querer perder, né? Não importa o que você procura, aqui sempre vai encontrar uma opção para se entreter e se informar.

[Jurídico](#)

[Central de Privacidade](#)

[Política de Privacidade](#)

[Cookies](#)

[Sobre anúncios](#)

© 2024 Spotify AB